

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Ciências Econômicas

Curso de Relações Internacionais

A ESCOLA FEMINISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: BASES TEÓRICO-
METODOLÓGICAS

Isadora Campregher Paiva

Porto Alegre

2014

ISADORA CAMPREGHER PAIVA

A Escola Feminista nas Relações Internacionais: Bases Teórico-Metodológicas

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Sonia Maria Ranincheski – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dra. Jussara Reis Prá
UFRGS

*À minha mãe, cuja força feminina me
ensinou a questionar hierarquias de gênero*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Sonia Maria Ranincheski, que se mostrou sempre disposta a me atender, e teve paciência para me guiar nos momentos mais confusos. Uma professora aberta a orientar trabalhos fora da sua área de pesquisa, que me ajudou a ter foco e disciplina.

Ao professor Marco Cepik por encorajar seus alunos a irem atrás de outras abordagens das RI, e estimular nossa capacidade crítica para com toda teoria, além de fornecer comentários ao presente trabalho.

À Suruchi Thapar-Björkert, que primeiro me apresentou as teóricas feministas de RI, e me fez questionar as hierarquias de gênero implícitas no estudo da disciplina.

Aos meus pais, Glaucia Angélica Campregher e Carlos Aguedo Nagel Paiva, professores universitários que sempre estimularam a minha curiosidade e o amor ao conhecimento. Aos meus irmãos, por me ajudarem tanto com a parte filosófica, como a desanuviar quando era preciso.

Aos meus colegas no curso de RI, que demonstram todos os dias a importância do trabalho em grupo; aprendi tanto com eles como com os livros, e tenho certeza que nem conhecimento nem a amizade vão ficar para trás com a formatura.

E, finalmente, às instituições que possibilitaram essa jornada, à UFRGS, que sempre me lembra da sorte que nós brasileiros temos de ter um ensino de qualidade provido pelo governo federal, e à Comissão Europeia que forneceu uma bolsa para que eu estudasse por um semestre na Suécia e tivesse acesso ao pensamento feminista das RI.

A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta.

Simone de Beauvoir

RESUMO

O avanço das teorias feministas de Relações Internacionais se deu a partir do final dos anos 1980, juntamente ao movimento pós-positivista de crítica ao *mainstream* da disciplina. Desde então, o corpo teórico de feministas vem crescendo, e tem se mostrado muito dinâmico. Este trabalho analisa a produção teórico-metodológica das abordagens feministas, buscando identificar as bases da escola feminista das RI em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, e analisando a maneira como estas questões se refletem em trabalhos empíricos. O trabalho defende que as posições teóricas feministas são mais radicais do que aparentam ser à primeira vista, pois questionam as bases dicotômicas do pensamento da disciplina, como privado e público, doméstico e internacional, revelando o seu viés masculino. Além disso, as posições teóricas feministas problematizam a utilização de métodos quantitativos na disciplina, afirmando que estes tendem a mascarar relações de poder que perpassam espaços públicos e privados, especialmente em se tratando das experiências de grupos marginalizados. Para lidar com essas questões, feministas têm se voltado para métodos como a etnografia, entrevistas, narrativas e análise de discurso, relativamente novos para as RI.

Palavras-chave: Relações Internacionais; teoria feminista; ontologia; epistemologia; métodos.

ABSTRACT

The advance of the feminist theories of International Relations started in the late 1980s, together with the post-positivist movement of criticism towards the *mainstream* of the discipline. Since then, the feminist body of work has been growing, and has shown itself to be very dynamic. This paper analyzes the theoretical and methodological work of feminists, seeking to identify the ontological, epistemological and methodological bases of the feminist school of IR, and to analyze the way in which these issues present themselves in their empirical work. The paper argues that the theoretical position of feminists is more radical than it appears to be at first sight, since they question the dichotomous bases of the discipline, as in the public/private and domestic/international split, revealing their masculine bias. Furthermore, feminist theoretical positions problematize the discipline's use of quantitative methods, asserting that they tend to mask power relations that are both private and public, especially when it comes to the experience of marginalized groups. To deal with these questions, feminists have been turning to methods that are relatively new to IR, such as ethnography, interviews, narrative, and discourse analysis.

Key words: International Relations; feminist theory; ontology; epistemology; methods.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OS FEMINISMOS E AS RI.....	13
2.1. Feminismo: Entre a Militância e a Academia.....	13
2.2. Definindo “Teorias Feministas” Dentro e Fora das RI.....	15
2.3. Diferentes Perspectivas na Escola Feminista de RI.....	19
3. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ESCOLA FEMINISTA.....	23
3.1. A Questão Ontológica: o Poder, do Pessoal ao Internacional.....	23
3.2. A Questão Epistemo-Metodológica: Feminismo de Ponto de Vista e Pós-Estruturalista.....	33
4. MÉTODOS EMPÍRICOS DA ESCOLA FEMINISTA.....	39
4.1. Apresentação e Exemplos dos Métodos.....	39
4.1.1. <i>Etnografia e autoetnografia</i>	39
4.1.2. <i>Entrevistas semiestruturadas</i>	43
4.1.3. <i>Narrativas pessoais</i>	45
4.1.4. <i>Análise de discurso</i>	47
4.5. Da adequabilidade de Cada Método.....	49
5. DIÁLOGOS COM O MAINSTREAM.....	51
5.1. Respostas do Mainstream à Intervenção Feminista.....	51
5.2. Da Exclusão de Feministas Positivistas.....	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	63

1. INTRODUÇÃO

Trabalhos de cunho feminista têm proliferado nas Relações Internacionais (RI) desde o final da década de 1980, introduzindo gênero como categoria empírica relevante e ferramenta analítica para compreender as relações de poder globais. O avanço das abordagens feministas não se deu sozinho, fazendo parte de um movimento maior dos pós-positivistas, que ganharam espaço na disciplina a partir dos anos 1980 – em geral conhecido como o Terceiro Debate (LAPID, 1986) – criticando as teorias *mainstream* em termos epistemológicos, ontológicos, e normativos (REUS-SMIT, 2005). O termo *mainstream*, dentro do contexto das RI, é geralmente entendido como abrangendo as teorias realistas e liberais, ambas positivistas; muitas vezes é usado como sinônimo de “racionalistas”, em função de utilizarem modelos de escolha racional (*ibid.*). Embora essas teorias já não sejam tão dominantes quanto eram antes do Terceiro Debate (construtivistas, em particular, têm se tornado cada vez mais relevantes), suas perspectivas ainda são hegemônicas nos EUA e em Estados sobre sua esfera de influência intelectual, especialmente em relação aos textos ensinados em sala de aula (BIERSTEKER, 2009).

Epistemologicamente, pós-positivistas disputam a noção de uma ciência “neutra”, separada do mundo sobre o qual teoriza, afirmando que nossos pensamentos constroem nosso mundo, e atentando para a natureza inquantificável de muitos fenômenos sociais (KURKI & WIGHT, 2013). Ontologicamente, criticaram a visão dominante nas RI de um sistema internacional formado por atores cujos interesses são estabelecidos antes mesmo da interação social, argumentando, em contraste, que atores são inerentemente *sociais*, com identidades e interesses socialmente construídos, produtos de estruturas sociais intersubjetivas. E normativamente, condenaram a noção de teorização sem juízos de valor, argumentando que todo conhecimento serve a interesses (COX, 1981). Teorias que se declaram normativas não seriam, assim, menos objetivas, mas mais honestas.

A escola¹ feminista de RI partilha destas críticas e as estende, afirmando que a disciplina de RI é especialmente androcêntrica se comparada a outras ciências sociais, o que se reflete no fato de que as primeiras análises feministas apareceram nas RI quase duas décadas depois do feminismo ter adentrado a academia (HALLIDAY, 1999). Desde os anos 1970, a história,

¹ Utilizo o termo escola seguindo Ackerly *et al.* (2006). As autoras enfatizam que existem diferenças entre as abordagens feministas que são apagadas pelo termo “teoria feminista” no singular; dito isso, elas procuram enfatizar que feministas formam uma “coletividade”, com um projeto comum.

sociologia e antropologia têm sido pioneiras em termos de análises feministas, seguidas pela ciência política e sociologia (*ibid.*). O atraso das RI quanto à questão de gênero não significa que ela não seja relevante para a disciplina; questões que já foram abordadas pelas outras ciências sociais e que tem efeitos internacionais incluem discussões sobre a violência sexual na guerra (MACKINNON, 1994) e a difusão internacional de um discurso pró-democracia (PATEMAN, 2012).

Nas RI, a escola feminista já foi descrita como “os escritos de feministas que se identificam como estudiosas de relações internacionais (...), que constituem uma comunidade de estudiosas que lê e se refere aos trabalhos umas das outras” (LOCHER & PRÜGL, 2001, p. 115, tradução da autora). Esta comunidade surgiu em volta de um grupo de escritos programáticos na virada da década de 80 para 90 (entre eles Elshtain, 1987; Cohn, 1987; Enloe, 1989; Tickner, 1992; Peterson 1992), que ajudaram a criar uma rede de acadêmicos que ainda hoje são pontos de referência. Esse grupo de autoras foi responsável pela criação da seção para estudos de gênero na *International Studies Association* em 1990, e posteriormente contribuíram para o estabelecimento de uma revista dedicada ao feminismo nas RI: o *International Feminist Journal of Politics*, de 1999.

A definição de Locher e Prügl (2001) não nos diz, porém, o que caracteriza este grupo além de se declararem feministas de RI. O objetivo geral deste trabalho é identificar o que caracteriza a escola feminista nas RI – quais seus preceitos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Para responder essa questão, será necessário (i) identificar e analisar o que é a escola feminista nas RI, ou seja, o que é excluído e incluído sob este rótulo; (ii) identificar e analisar as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas da escola; (iii) identificar e analisar os métodos empíricos característicos das feministas das RI, bem como a maneira como questões ontológicas e epistemo-metodológicas se refletem nas análises empíricas. Para responder essas perguntas, a metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, através da qual serão identificados os principais autores e autoras feministas da disciplina de RI.

O trabalho é dividido em um capítulo de introdução, quatro de desenvolvimento e um de conclusão. No primeiro capítulo é feita uma recuperação de como o feminismo de movimento político se transforma também em correntes teóricas no interior de várias disciplinas, com destaque para sua natureza ao mesmo tempo científica e normativa. O capítulo também trata da definição de teoria feminista, dentro e fora das RI. O desenvolvimento histórico da escola é

delineado, apresentando a sua relação com outras teorias pós-positivistas e resumindo as diferentes correntes feministas no contexto das RI, mas que ainda assim apresentam objetivos comuns.

No segundo capítulo são analisadas as bases teóricas da escola feminista das RI. O capítulo é dividido em duas seções: na primeira, trato principalmente das revisões ontológicas da escola feminista em relação ao *mainstream*, em que são questionadas as dicotomias generificadas que formam a base da disciplina: público/privado, nacional/internacional, revelando a natureza ao mesmo tempo local e global do poder. Na segunda seção são analisadas as principais perspectivas epistemológicas feministas na disciplina: o feminismo de ponto de vista e o feminismo pós-estruturalista.

No terceiro capítulo são apresentados os principais métodos utilizados por feministas empíricas nas RI: etnografia e autoetnografia, entrevistas semiestruturadas, narrativas pessoais, e análise de discurso. Em cada subseção, são dados exemplos de trabalhos que utilizam esses métodos, buscando sempre demonstrar a maneira como as noções ontológicas, epistemológicas e metodológicas da escola feminista se refletem nos trabalhos empíricos.

O quarto capítulo aborda a questão do diálogo com o *mainstream*. Na primeira seção, são apresentadas e discutidas os tipos de respostas das RI tradicionais em relação à intervenção feminista, da completa negação da utilidade da perspectiva feminista até a incorporação de seus *insights*. Na segunda seção é analisada a questão da exclusão de perspectivas feministas que utilizam métodos positivistas/empiristas em relação à escola feminista de RI, considerando os efeitos que esta exclusão gera em relação ao diálogo com o *mainstream*.

Na conclusão, é feito um balanço do trabalho, bem como delineadas algumas perspectivas para o futuro. Assim, destaco que embora a escola tenha tido ganhos importantes nas últimas décadas – hoje, por exemplo, a maior parte dos manuais introdutórios de RI tem um capítulo (mesmo que ao final do livro) sobre o feminismo –, feministas permanecem em um “gueto” na disciplina, um corpo de teóricos constantemente mencionado como uma das correntes das RI, mas raramente engajado pelo *mainstream* em debates. O descaso do *mainstream* para com o feminismo é, em parte, fruto de incompatibilidades epistemológicas e ontológicas; os métodos de feministas pós-positivistas não são considerados legítimos por teóricos positivistas, e seu objeto de estudo não é considerado tão relevante para o estudo das RI.

Curioso notar que esse descaso na academia sobre a questão de gênero destoava da recepção no mundo da política internacional². Prá e Epping (2012) analisam a criação de uma série de mandatos sobre a igualdade de gênero que surgiram de conferências internacionais, compondo a chamada “Agenda Social das Nações Unidas” na década de 1990. Estas ações foram fruto do trabalho de redes globais de mulheres e feministas. Mesmo na área hipermasculinizada de segurança, tão importante para a disciplina de RI, essa rede se mostrou capaz de exercer pressão para a passagem da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (COHN, 2008), que compele seus países-membros a garantirem a participação das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, negociações de paz, construção e manutenção da paz; enquanto a própria ONU se compromete a incorporar a perspectiva de gênero em todos os seus esforços de paz e de segurança (CSNU, 2000).

Se a escola feminista é marginal mesmo nos países de onde vêm a maioria das feministas das RI (EUA, Reino Unido e Austrália), isso é ainda mais verdadeiro no Brasil. Mesmo se comparado a outros países fora do eixo anglo-saxão, como na Índia – de onde vem grande parte das feministas pós-coloniais –, Malásia (CHIN, 1997) ou Coreia do Sul (MOON, 1998) faltam trabalhos feministas de RI no País. Embora outros trabalhos possam existir, ao sair em busca de autores brasileiros que escreviam sobre o feminismo a partir da escola nas RI, encontrei apenas uma autora, Izadora do Monte. Sua tese de mestrado, *Gênero e Relações Internacionais: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança* é de 2010. Um artigo baseado na tese foi publicado na *Revista Estudos Feministas* em 2013. Em Portugal, os estudos feministas na disciplina são mais desenvolvidos; no texto, cito o trabalho de Moura *et al.* (2012). O presente trabalho busca contribuir a esta – aqui – insipiente área de estudos.

² O sucesso, é claro, é relativo à academia e ainda há muito a se fazer. A visão de questões de direitos humanos e igualdade de gênero como tipicamente femininas (e assim, menos importantes) continua sendo verdade. De acordo com Carol Cohn (COHN & ENLOE, 2003), mesmo dentro da ONU, uma instituição que muitos chamariam de idealista, o Terceiro Comitê da Assembleia Geral – que trata de questões humanitárias, culturais e sociais – é às vezes referido derogatoriamente como “o comitê das mulheres”.

2. OS FEMINISMOS E AS RI

Este capítulo busca estabelecer a linha de desenvolvimento do feminismo nas RI. Para tanto, é preciso remontar às origens do movimento feminista e à sua entrada na academia. Em seguida é discutida a definição de teoria feminista em geral, e o que o termo representa em particular dentro das RI. É discutido também o momento histórico em que as primeiras abordagens feministas aparecem na disciplina, estabelecendo sua relação com outras teorias pós-positivistas e resumindo as diferentes correntes feministas no contexto das RI, mas que ainda assim apresentam objetivos comuns.

2.1. Feminismo: entre a militância e a academia

É difícil definir o que é feminismo, afinal o movimento é altamente plural; é mais fácil, porém, defini-lo pela função que busca exercer do que pela maneira como ele busca exercê-la. Desta perspectiva, é possível dizer que o feminismo é “uma teoria política que coexiste e interage com um movimento político dedicado a erradicar os problemas que mulheres enfrentam em função de seu sexo” (SJOBERG & VIA, 2010, p. 9, tradução da autora). É importante, desde o início, estabelecer esta natureza dual do feminismo, entre a militância e a academia, além de demonstrar o conteúdo plural do feminismo dentro e fora das RI.

A história do feminismo é uma história internacional. O movimento de apoio ao sufrágio feminino nas primeiras décadas do século XX, geralmente chamado de “Primeira Onda Feminista”, foi “um dos mais marcantes movimentos transnacionais dos tempos modernos” (HALLIDAY, 1999, p. 171). Após um período de dormência, o movimento feminista ressurgiu com força nos Estados Unidos na década de 1960³, fruto de uma desilusão de mulheres de esquerda com o machismo que encontraram dentro de grupos militantes de esquerda, onde suas reivindicações eram menosprezadas, chamadas de “apolíticas” (HANISCH, 1970). Este momento ficou conhecido como a “Segunda Onda”, e posteriormente se espalhou pelo mundo. A Segunda Onda ampliou o debate feminista para desigualdades institucionais formais e informais, com o slogan “o pessoal é político” sendo utilizado para demonstrar que questões de sexualidade,

³ A Segunda Onda foi fortemente influenciada pelo trabalho de Simone de Beauvoir, cujo livro *O Segundo Sexo*, originalmente escrito em 1949, foi traduzido para inglês em 1953. Algumas autoras consideram que a Segunda Onda inicia com a publicação do texto, porém o fato de que o *movimento político* na França não foi impulsionado da mesma maneira pelo trabalho (pelo menos imediatamente), e o fato de que, quando escreveu o livro, de Beauvoir não se considerava feminista – ela passa a utilizar o termo para se definir apenas em 1972 –, são importantes ressalvas (SCHNEIR, 1994).

direitos reprodutivos e desigualdade dentro do âmbito familiar também eram o resultado de “padrões sistemáticos de opressão” (SEGRAN, 2014).

A própria difusão do movimento revelou, porém, suas contradições. Até então, as pautas feministas eram principalmente as relevantes para mulheres brancas, ocidentais, e de classe média. A Segunda Onda foi criticada por feministas negras e de países do Terceiro Mundo por tratar da categoria “mulher” como homogênea, ignorando a maneira como os sistemas de opressão baseados em gênero, classe e etnia são interligados (KROLØKKE, & SØRENSEN, 2005). Foi a partir dessa crítica que nasceu a Terceira Onda⁴, iniciada nos anos 1990, mas ainda em curso hoje. Feministas da Terceira Onda buscam cultivar uma pluralidade de vozes no feminismo, com um protagonismo de feministas negras e pós-colonialistas. A Terceira Onda foi influenciada pelo pensamento pós-estruturalista, em que divisões como masculino/feminino são vistas como construções sociais criadas para manter o poder de grupos dominantes.

Embora existam exemplos de trabalhos teóricos defendendo a emancipação feminina antes mesmo das três ondas⁵, foi durante a Segunda Onda que o feminismo adentrou a academia de fato, quando cursos sobre a “História da Mulher” ou “Estudos da Mulher” começaram a ser lecionados em universidades, as primeiras conferências acadêmicas sobre o tema foram promovidas e a primeira revista acadêmica dedicada ao tema (*Feminist Studies*, de 1972) foi publicada (MESSER-DAVIDOW, 2002). Na época, a maioria dos cursos era lecionada por professoras adjuntas que colocaram suas carreiras em risco ao promoverem tópicos considerados “ilegítimos” pela academia em geral (*ibid.*, p. 84). Hoje em dia, a situação é bem diferente: grandes universidades têm departamentos inteiros dedicados aos “Estudos de Gênero”, e periódicos de renome apresentam trabalhos de cunho feminista. Algumas autoras⁶, como Segran (2014), têm criticado a “academização” do feminismo, por um afastamento das questões mais práticas em favor de teorização pura, e por uma cooptação do movimento pelas instituições que

⁴ A esta altura do debate, a própria historiografia feminista através das “ondas” foi criticada por ser uma divisão baseada em ocorrências nos Estados Unidos, ignorando desenvolvimentos no resto do mundo, em especial em países mais pobres (TARRANT, 2006).

⁵ Embora seja impossível citar todos os exemplos aqui, trabalhos particularmente importantes são *Em Defesa dos Direitos da Mulher* (1792) de Mary Wollstonecraft, *A Sujeição das Mulheres* (1869) de John Stuart Mill, e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), de Friedrich Engels.

⁶ A escolha entre o termo autoras e autores é problemática, mas infelizmente imperativa no português. A maioria daqueles que utilizam uma abordagem feminista nas RI são mulheres, embora existam sim homens feministas nas RI. De qualquer modo, me parece injusto utilizar o termo no masculino se a grande maioria de autores é do sexo feminino. Ademais, quando o autor for um homem, isso será digno de nota. Em função disso, utilizarei daqui em diante este termo e afins no feminino.

antes eram alvo de suas críticas. A influência do pós-estruturalismo na Terceira Onda contribui para o tipo de teorização que Segran critica, com uma linguagem complexa que acaba por isolar o feminismo acadêmico do movimento político.

Essa questão não deve, porém, ser vista como uma dicotomia, em que ou o feminismo é político, ou busca ter legitimidade na academia. Os diferentes campos de atuação feministas são complementares, e as críticas daqueles que atuam predominantemente em um espaço em relação ao outro, se ouvidas, geram evolução. Ao aceitarmos a divisão entre teoria e ativismo, corremos o risco de compactuar com uma noção que o feminismo sempre buscou criticar: a de que o trabalho teórico pode ser politicamente neutro.

2.2. Definindo “Teorias Feministas” Dentro e Fora das RI

Uma descrição histórica a partir das “Ondas” pode dar margem para um pensamento etapista, como se todas as feministas de uma dada época fossem parte do pensamento feminista então dominante. Como indiquei acima, isso não é verdade. O próprio movimento das Ondas ocorre por causa de debates dentro do feminismo, e as divisões continuam existindo dentro dele. A Terceira Onda não “converteu” todas as feministas da Segunda, e aquela é baseada justamente na noção de que o feminismo deve promover o diálogo entre diferentes perspectivas, ao invés de invisibilizar aqueles com menos poder. Em função disso, algumas autoras passaram a utilizar o termo *feminismos* (HARDING, 1998; MILES, 1996) para indicar a pluralidade de perspectivas dentro do movimento.

O que, então, caracteriza teorias feministas em geral, apesar de suas diferenças? A socióloga Janety Chafetz (1988) argumenta que uma teoria é feminista se contém três elementos: (i) gênero é o foco da teoria; (ii) relações de gênero são vistas como problemáticas; (iii) relações de gênero são consideradas mutáveis. Apesar de a definição de Chafetz ser laudável por colocar o foco nas relações de gênero e não apenas nas mulheres, ela não descreve bem o que une as teorias feministas, afinal uma análise em que homens são considerados oprimidos por mulheres poderia se encaixar em sua definição. Chafetz parece estar descrevendo o que Carpenter (2002) chama de “teorias de gênero”, que podem ou não ser feministas. Ann Tickner, (2001) uma das mais citadas feministas das RI, afirma que "a principal preocupação da teoria feminista é explicar a subordinação das mulheres (...) e procurar meios para por um fim a esta subordinação" (p. 11,

tradução da autora). Uma teoria feminista, portanto, além daquelas características apontadas por Chafetz, deve ser abertamente normativa, com um foco na subordinação feminina.

Esta, porém, é uma definição de teorias feministas em geral, e não especificamente nas RI. Para compreender melhor a escola feminista da disciplina, é preciso levar em conta o momento histórico em que ela se desenvolveu. Comparado com outras ciências humanas, abordagens feministas demoraram a aparecer nas RI. Nos anos 1970, a história, sociologia e antropologia foram áreas pioneiras, seguidas pela ciência política e estudos de desenvolvimento (HALLIDAY, 1999, p. 161). Nas Relações Internacionais, porém, foi só no final da década de 1980 que os primeiros trabalhos feministas apareceram (ELSHTAIN, 1987; COHN, 1987; ENLOE, 1989). Apesar das RI serem, em muitos aspectos, “importadoras” de conceitos e teorias em relação às outras ciências humanas (*ibid.*, p. 162), a disciplina tem se mostrado mais conservadora que outras ciências sociais em diversos aspectos, o que significa que estas importações tendem a acontecer com muitos anos de atraso quando as perspectivas são críticas ao *mainstream*⁷ da disciplina (BEIER, 2005).

Esse foi o caso do movimento pós-positivista, que ganhou espaço a partir dos anos 1980, criticando o positivismo das teorias *mainstream* de RI (LAPID, 1989). A noção de que o conhecimento emerge apenas com a coleta de dados observáveis e quantificáveis foi extremamente influente nas RI, e embora a versão mais austera do positivismo (em que se procuram por “leis” no mundo social similares às encontradas nas ciências naturais) tenha sido bastante diluída com o tempo, o *mainstream* da disciplina continua profundamente embebido de alguns dos princípios básicos do positivismo (KURKI & WIGHT, 2013, p. 18). Robert Keohane, um dos principais autores da escola neoliberal de RI, se define como “neopositivista”, afirmando que “o sucesso científico não é a obtenção da verdade objetiva, mas o alcance de acordo mais amplo sobre fatos descritivos e relacionamentos causais, baseados em métodos transparentes e replicáveis” (KEOHANE, 1998, P. 195).

O movimento pós-positivista foi extremamente plural, porém algumas críticas ontológicas, epistemológicas, e normativas ao *mainstream* são compartilhadas:

Ontologicamente, [pós-positivistas] criticaram a imagem de atores sociais como egoístas atomísticos, cujos interesses eram formados antes da interação social, e que entram em

⁷ O termo *mainstream*, dentro do contexto das Relações Internacionais, é geralmente entendido como abrangendo as teorias neorealistas e neoliberais; o termo “racionalistas” também é usado para se referir a estas duas escolas (REUS-SMIT, 2005).

relações sociais apenas com propósito estratégico. Eles argumentaram, em contraste, que atores são inerentemente *sociais*, que suas identidades e interesses são socialmente construídos, produtos de estruturas sociais intersubjetivas. Epistemologicamente e metodologicamente, questionaram o neopositivismo de formas Lakatosianas de ciência social, clamando por modos interpretativos de entendimento, atentos à natureza inquantificável de muitos fenômenos sociais e a inerente subjetividade de toda observação. E normativamente, condenaram a noção de teorização sem juízos de valor, argumentando que todo conhecimento é casado a interesses, e que teorias deveriam ser explicitamente comprometidas com a exposição e desmantelamento de estruturas de dominação e opressão (REUS-SMIT, 2005, p. 193, tradução da autora).

Este contexto abriu espaço para as primeiras abordagens feministas na disciplina, que partilham destas críticas e as estendem, afirmando que o *mainstream* tem um viés masculino. Essas dimensões serão exploradas no próximo capítulo. Cabe aqui, porém, levantar esta questão para explicar o que é geralmente entendido por “teorias feministas” nas RI. O fato de a escola feminista ter surgido em consonância com o movimento pós-positivista faz com que abordagens feministas sejam, em geral, uniformemente apresentadas como pós-positivistas. Análises de gênero que utilizam métodos neopositivistas, como o trabalho de Caprioli (2005), que busca investigar a relação entre a igualdade de gênero em um país e seu nível de agressividade internacionalmente, não são, em geral, incluídas no rótulo “feminista de RI”:

Apesar de pesquisas quantitativas feministas focarem em questões de justiça social, particularmente em relação a mulheres, estas pesquisas não são consideradas por muitas feministas como fazendo parte da escola feminista de RI. De fato, muitas feministas (ver, por exemplo, Peterson 1992, 2002; Sylvester 1994; Kinsella 2003; Steans 2003) aparentemente rejeitam o feminismo empirista de RI predominantemente em função da metodologia utilizada (CAPRIOLI, 2004, p. 253, tradução da autora).

As abordagens que procuram fazer uma análise de gênero utilizando métodos positivistas são chamadas por Carpenter (2002, p. 156-167, tradução da autora) de “teoria de gênero não feminista”, que ela descreve como “estudos que utilizam gênero na análise enquanto não apresentam um ou os dois outros componentes da teoria feminista: uma ênfase em mulheres e uma epistemologia crítica/interpretativa”. Implícito nesta definição está a definição de teoria feminista nas RI: uma análise cujo foco é a categoria gênero, com uma ênfase na mulher, e uma epistemologia crítica (à positivista). Por entender que esta definição é o que geralmente é entendido pela “escola feminista de RI”, a partir deste momento, utilizarei essa definição⁸.

Sendo o foco dessas teorias a categoria gênero, o que se entende pelo termo? De acordo com Sjoberg e Tickner (2013, p. 206, tradução da autora):

⁸ No capítulo quatro esta definição é criticada e reavaliada.

Feministas definem gênero como um grupo de características socialmente construídas descrevendo o que homens e mulheres devem ser. Características tais como força, racionalidade, independência, protetor, e público são associadas à masculinidade enquanto características tais como fraqueza, sentimentalidade, relacional, protegida e privado são associadas à feminilidade. (...) Estas características podem variar no tempo e espaço, mas, acima de tudo, elas são relacionais, o que significa que seu significado é definido em relação uma a outra. Elas também são desiguais. Homens, mulheres, e os estados onde eles vivem geralmente atribuem valor mais positivo ‘as características masculinas que às femininas – pelo menos na esfera pública.

Além da aceção de gênero como uma categoria hierárquica socialmente construída, feministas das RI têm em comum um entendimento mais amplo da política internacional. Tradicionalmente, o estudo das RI foi feito a partir das relações interestatais; feministas, porém, buscam fazer uma análise mais abrangente, levando em consideração indivíduos, particularmente aqueles em situações subordinadas (TRUE, 2005). Considerando que um dos principais objetos das RI é o poder, Enloe (1989) afirma que a maior parte de seus teóricos ignora não só a natureza generificada do poder, como a perspectiva daqueles que estão em posição subordinada, e em função disso têm uma compreensão bastante limitada desta questão.

As primeiras abordagens feministas nas RI buscaram identificar as mulheres nas relações internacionais, o que só poderia ser feito voltando o seu olhar para espaços diferentes dos vistos como “importantes” pela disciplina, pois estes espaços são predominantemente masculinos. Em função disso, uma questão essencial para a análise feminista nas RI é a noção de que a política internacional não se dá apenas nos campos de batalha ou em conversas entre chefes de Estado (a chamada “alta política”). Extrapolando o slogan da Segunda Onda feminista de que “o pessoal é político”, feministas nas RI afirmam que “o pessoal é internacional” (ENLOE, 1989). True (2005, p. 214, tradução da autora) explica a maneira como relações aparentemente “pessoais” são também políticas e internacionais:

A política internacional frequentemente envolve relacionamentos íntimos, identidades pessoais e vidas privadas. Estas políticas informais são menos transparentes do que o conteúdo da política oficial e são tipicamente ignoradas por estudiosos de Relações Internacionais. Tomando a visão de baixo, feministas têm buscado demonstrar que relações de gênero são integrais para as relações internacionais. Esposas de diplomatas amaciam as relações de poder entre estados e estadistas; contratos maritais opacos, mas confiáveis, facilitam a lavagem de dinheiro transnacional e tráfico sexual; ícones globais como a *Cosmopolitan* conquistam culturas estrangeiras e preparam-nas para o avalanche do capitalismo ocidental; e homens e mulheres se organizam em cozinhas, igrejas e comunidades de parentesco para derrubar regimes autoritários e estabelecer a paz diante de conflito brutal.

Em função do período histórico em que o feminismo adentrou as RI, é possível perceber uma influência particularmente grande da Terceira Onda entre suas autoras. Isso pode ser visto na atenção dada a questões como a assimetria de poder entre pesquisador e pesquisado, e na tentativa de identificar a agência de mulheres mesmo em situações marginalizadas, reconhecendo que estas mulheres não são vítimas passivas que devem ser salvas por feministas ocidentais (MOHANTY, 1986, 2003). Ademais, muitas feministas das RI se mostraram atentas às críticas feitas às feministas acadêmicas no que tange o afastamento de questões mais práticas em prol de uma linguagem demasiadamente intelectualizada. As autoras escrevem em geral de maneira acessível⁹, e muitas autoras que fazem trabalhos empíricos buscam retribuir as comunidades que estudaram¹⁰.

A questão da hierarquia entre países ocidentais ricos como produtores de conhecimento, enquanto países mais pobres são objetos, porém, continua sendo verdade. Apesar de seus esforços, é inegável que a produção de conhecimento na área continua concentrada nos países ricos ocidentais. Mesmo autoras não-ocidentais, em geral, trabalham em universidades dos países centrais. Chandra Mohanty ilustra bem essa questão através de dois artigos: o primeiro, de 1986, chamado *Under Western Eyes*, foi uma crítica a abordagens feministas ocidentais que buscam colonizar e civilizar mulheres de países do Terceiro Mundo; mais de 15 anos depois, porém, Mohanty escreve *Under Western Eyes: Revisited* (2003), explorando a maneira como essa relação de poder não é unidimensional, afinal não pode mais falar de si como estando apenas “abaixo” desses olhos ocidentais, já que como uma chefe de departamento de uma universidade ocidental, ela faz parte deste processo institucional, mesmo que continue sendo indiana.

2. 3. Diferentes Perspectivas na Escola Feminista de RI

Apesar de existir certa unidade pós-positivista das teorias feministas das RI, ainda existem diferenças marcantes entre elas, afinal o próprio termo “pós-positivista” abarca uma série de teorias críticas ao *mainstream*, como pós-estruturalistas, teóricos críticos, grande parte dos construtivistas e pós-colonialistas, entre outros (STEVE SMITH, 2005). Diferentes abordagens feministas tendem a utilizar o pensamento dessas outras escolas como base; em função disso,

⁹ Cynthia Enloe, em particular, publicou seu mais importante livro (*Bananas, Beaches and Bases*, de 1989) por uma editora não-acadêmica, a Pandora Press.

¹⁰ Maria Mies (1991), por exemplo, traduziu seu trabalho sobre trabalhadoras rurais em Nalgonda, na Índia, para Telugu, a língua local, para que pudesse ser usado para melhorar a vida local.

Ann Tickner e Laura Sjoberg (2013, p. 208-212) separam as teorias feministas nas RI em Feminismo Crítico, Feminismo Construtivista, Feminismo Pós-estruturalista, e Feminismo Pós-colonial¹¹. É importante lembrar, porém, que estas divisões não são mutuamente excludentes, e autoras podem ser representadas por mais de um rótulo.

O Feminismo Crítico é baseado na Teoria Crítica, cujas origens estão no marxismo e na escola de Frankfurt. O trabalho do teórico crítico Robert Cox serve de base para muitas feministas; Cox (1981) retrata o mundo em termos de estruturas históricas constituídas por três categorias: condições materiais, ideias, e instituições. Essas forças interagem em três níveis diferentes: relações de produção, o complexo sociedade-estado e ordens mundiais historicamente definidas. Ideias são importantes para legitimar certas estruturas de dominação, que apesar de serem socialmente construídas, parecem naturais e inalteráveis (BURCHILL & LINKLATER, 2005, p. 11). A natureza abertamente política e emancipatória da teoria crítica é claramente compatível com o feminismo; feministas críticas exploram as manifestações materiais e ideológicas de gênero, com uma atenção especial às inter-relações entre opressões de classe e de gênero.

O construtivismo é uma escola de RI bastante dividida; todos os construtivistas concordam que a vida internacional é social e que agentes e estruturas são co-constituídos, porém algumas abordagens utilizam metodologias positivistas, em que “ideias” são vistas como causas de fenômenos internacionais (WENDT, 1999), e outras são pós-positivistas, com um foco na linguagem (ONUF, 1989). O feminismo construtivista é pós-positivista, e busca analisar a maneira como ideias sobre gênero constroem e são construídas pela política global. Em geral, este estudo tem um foco na linguagem, tomando a forma de análise de discurso (CARPENTER, 2006).

A principal preocupação de pós-estruturalistas é a relação entre conhecimento e poder, e a maneira como o nosso entendimento da realidade é mediado pela linguagem. Aqueles que constroem conhecimento e significados detêm muito poder, e feministas apontam para o fato de que, geralmente, homens são vistos como os “conhecedores”: “o que conta como ciência legítima é baseado, em geral, em conhecimento sobre as vidas de homens na esfera pública; mulheres são marginalizadas tanto como conhecedoras como quanto objetos de conhecimento” (SJOBERG &

¹¹ As autoras também mencionam o feminismo liberal, apesar de criticá-lo por utilizar a metodologia positivista. O trabalho delas é um dos raros exemplos em que este feminismo é citado dentro das RI, e no mesmo artigo ele parece ser totalmente esquecido após a menção.

TICKNER, 2013, p. 210-211, tradução da autora). O foco das análises de feministas pós-estruturalistas é, em geral, a maneira como construções linguísticas, como forte/fraco, racional/emocional, e público/privado servem para empoderar o masculino em relação ao feminino, a fim de desconstruir essas dicotomias hierárquicas.

Feministas pós-coloniais têm como foco as relações coloniais de dominação e subordinação estabelecidas no imperialismo, mas que não foram abolidas após a independência dos países colonizados. Estas relações são perpetuadas na maneira como os colonizados são representados no conhecimento ocidental, como inferiores e menos civilizados. Este tipo de pensamento é visto inclusive em muitos feminismos, que tratam das mulheres do Terceiro Mundo como vítimas a serem “salvas” por feministas ocidentais (MOHANTY, 2003). Reconhecendo que a subordinação de gênero se encontra na intersecção com outras relações de dominância/subordinação (como raça, classe e cultura), feministas pós-coloniais buscam corrigir essas subordinações dentro de seu próprio contexto cultural, ao invés de através de uma compreensão universal de necessidades “da mulher”, como se esta categoria fosse homogênea. Muitas feministas pós-coloniais são também pós-estruturalistas, afinal a crítica a um pensamento pretensamente universal é comum às duas perspectivas (SJOBERG & TICKNER, 2013).

Apesar destas diferenças internas, feministas têm se mostrado produtivas nas RI, com diversos artigos e livros sendo publicados, e inclusive uma revista específica sendo criada (o *International Feminist Journal of Politics*, de 1999), além de uma seção para estudos de gênero na *International Studies Association* em 1990. É possível notar um projeto feminista, primeiramente preocupado em denunciar o viés masculino das abordagens tradicionais e estabelecer bases teóricas para a abordagem feminista, para que em seguida trabalhos empíricos pudessem ser levados a cabo. Algumas autoras (TRUE, 2002; SJOBERG & TICKNER, 2010) utilizam os termos “primeira” e “segunda geração” de feministas nas RI para se referir a estes dois momentos do projeto feminista:

Enquanto a primeira geração de estudiosas feministas desafiou o mainstream das RI ao afirmando o potencial de um alternativa feminista à teorização de RI, a segunda geração agora trabalha dentro de um novo e cada vez mais inter e multidisciplinar campo de RI que toma por garantida a existência – mesmo que não a centralidade – de perspectivas feministas. Assim, enquanto a primeira onda de estudiosas feministas demonstrou a necessidade de um programa em RI que levasse gênero a sério, a segunda geração demonstrou busca – e experimenta com – maneiras de fazer isto empiricamente (TRUE, 2002, p. 2, tradução da autora).

Esta separação dá a entender que a divisão é histórica, o que não é exatamente verdade. Algumas das primeiras autoras feministas das RI fazem trabalhos empíricos utilizando o método etnográfico (COHN, 1987), ou um misto teórico/empírico (ENLOE, 1989). Ademais, autoras cuja principal preocupação é metateórica continuam nesta veia atualmente (SJOBERG & TICKNER, 2013). Em função destas ressalvas, utilizarei a distinção de True (2002) entre feministas teóricas e empíricas, assim como sua defesa de que estes grupos tem um projeto conjunto, mas tentarei não separá-las artificialmente no tempo, e lembrando sempre que a mesma análise pode ter insights dos dois tipos, e portanto, ser abordada nos dois capítulos.

Neste capítulo foi discutida a pluralidade do feminismo tanto como movimento político como dentro da academia; apesar de todos esses *feminismos*, dentro das RI a pluralidade da escola feminista é diminuída em função da exclusão de perspectivas ao mesmo tempo normativas quanto à subordinação feminina, e positivistas. A escola feminista é, portanto, estabelecida em contraponto ao positivismo em geral, fruto de sua entrada na disciplina por meio do Terceiro Debate. Na escola feminista ainda existem, porém, subdivisões – críticas, construtivistas, pós-estruturalistas e pós-coloniais. Ainda assim, é possível discernir um objetivo comum das feministas nas RI: a busca por revelar as relações de poder que subordinam mulheres tanto na esfera pública como privada, em termos globais e pessoais.

3. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ESCOLA FEMINISTA

As primeiras feministas das RI buscaram reverter o relativo atraso da disciplina em relação à questão de gênero, utilizando os insights de feministas das outras ciências sociais para demonstrar a importância desta temática também na área da política global, desenvolvendo aos poucos uma base teórica própria. Para tanto, buscaram revelar o viés de gênero e a normatividade embutida no *mainstream* da disciplina, e revisar conceitos fundamentais das RI, como o estado-nação, segurança, e poder, de tal maneira que eles pudessem iluminar, ao invés de invisibilizar, as mulheres e as relações de gênero no contexto internacional. Estes trabalhos envolveram reconceptualizações da disciplina de RI em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, que serão o objeto deste capítulo. De imediato, há que levar em consideração a afirmação de Harding (1987, p. 3) de que metodologia e epistemologia são rotineiramente confundidas. A autora define método como “técnicas para coleta de evidências”; metodologia é “a teoria e análise de como uma pesquisa deve proceder”; e questões de epistemologia são “questões sobre uma adequada teoria do conhecimento ou estratégia que justifica o conhecimento”. Embora estes assuntos sejam claramente relacionados, a discussão sobre metodologia e epistemologia cabe principalmente a este capítulo, enquanto que o próximo capítulo trata da questão do método, já que esta é fundamentalmente relacionada aos trabalhos empíricos feministas.

3.1. A Questão Ontológica: o Poder, do Pessoal ao Internacional

Ontologia trata de como o mundo é: o que existe, o que deveria ser estudado, e qual a natureza básica daquilo que é estudado. Ann Tickner começa o seu livro *Gender in International Relations* (1992) afirmando que as Relações Internacionais são um mundo masculino. Isto é verdade tanto na arena política (diplomatas, militares e funcionários públicos internacionais são, em geral, homens) como na disciplina acadêmica que leva este nome. Embora uma preponderância masculina seja a regra em quase todas as áreas políticas e acadêmicas, Tickner afirma que a área de política internacional, por sua associação com assuntos como a guerra, é

especialmente masculinizada¹². A autora afirma, porém, que é preciso ir além desta aparência de masculinidade, revelando as relações de poder que constroem este sistema (tanto na teoria como na prática) para podermos ter uma compreensão real do sistema internacional.

Cynthia Enloe (1989), em uma das primeiras análises feministas de RI, dá atenção especial para a maneira como, apesar de a disciplina se retratar como estudiosa do “poder global”, as concepções tradicionais de poder nas RI subestimam a quantidade e tipos de poder no sistema internacional ao ignorar não só a natureza de gênero de qualquer noção de poder (o mais alto na hierarquia é relacionado à masculinidade), como o fato de que homens e mulheres não exercem poder ou são subordinados na mesma proporção. Similarmente, Youngs (2004) afirma que o discurso do chamado *malestream*¹³

ajuda a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial, que reflete o poder e influência desproporcional que homens têm, ao invés de uma realidade social completa (...). Esta teoria é, portanto, mais uma reflexão e expressão do poder masculino historicamente estabelecido do que é uma exploração aberta e abrangente dos processos políticos e econômicos em que todos os membros da sociedade estão inseridos. É mais um discurso de e sobre os poderosos do que um que busca examinar profundamente como o poder funciona, incluindo as suas dimensões de gênero, raça e socioeconômicas, ou situar indivíduos e grupos diferentemente em termos contrastantes de capacidade, controle, influência e liberdade (p. 2, tradução da autora).

Análises feministas buscam mostrar como relações de poder não são confinadas aos espaços ditos “públicos”; o gênero, como “forma primária de relações significantes de poder” (SCOTT, 1986, p. 44, tradução da autora) perpassa as relações sociais públicas e privadas. Por ser baseado em uma diferença sexual, porém, é fácil naturalizar estas hierarquias, relegando-as ao espaço “pessoal”, ignorando sua relevância política. Nas RI, a noção de que o poder é socialmente construído vai de encontro aos processos que insistem em “quantificá-lo”. Locher e Prügl (2001) afirmam que até mesmo a escola construtivista, que defende que o sistema internacional é socialmente construído, tem, em geral, ignorado a natureza social do próprio poder, tratando-o como:

uma quantidade que atores (estados, exércitos, grupos de interesse) têm e que eles usam diferentemente dependendo de culturas ou identidades políticas (e.g. vários artigos em

¹² O trabalho de Biersteker (2009) sobre os textos recomendados para candidatos a PhD nas dez instituições melhor ranqueadas em RI dos EUA mostra que apenas 18% deles eram escritos por mulheres (individualmente ou em colaboração com homens). Importante lembrar que a maioria das autoras trabalhando nas RI não faz parte da escola feminista. O único texto feminista indicado foi *Gender in International Relations* (1992), de Ann Tickner, que figurou nas listas de apenas duas universidades, representando menos de 1% das leituras indicadas.

¹³ Um termo recorrente nos escritos feministas, junção das palavras *mainstream* e *male* (do sexo masculino).

Katzenstein, 1996; também Wendt, 1994). Entender poder como uma quantidade não levaria feministas além de dizer que mulheres não o têm. Isto fala pouco sobre como o poder é construído e reproduzido (p. 117, tradução da autora).

Por terem um papel admitidamente subordinado nas relações internacionais, as contribuições femininas são muitas vezes invisibilizadas. Se utilizarmos as perspectivas *mainstream*, é fácil esquecer que mulheres existem e contribuem para a política internacional, nos diz Enloe (1989). Ela sabe por experiência: seus quatro primeiros livros não utilizam uma abordagem feminista, e sequer tocam no assunto “mulher” (COHN & ENLOE; 2003). Após seu “despertar feminista”, a autora se mostrou preocupada em entender como é possível tratar de assuntos como guerra e identidade sem nunca perguntar “onde estão as mulheres”? A resposta de Enloe (1989) está na própria concepção do que “conta” como relações internacionais. As divisões entre privado e público, doméstico e internacional, são generificadas. Historicamente, as primeiras áreas são designadas masculinas, e as segundas femininas, com os setores masculinos sendo vistos como os dignos de atenção, e os únicos locais onde “política” ocorre. A noção de que o pessoal é político e internacional vem para quebrar com essas barreiras artificiais, que de acordo com Enloe diminuem nosso entendimento de como a política realmente ocorre, especialmente a maneira como ela permeia todas as áreas de nossas vidas. Tickner (1992) aponta para o fato de que as divisões dentro da própria disciplina de RI também são generificadas. Áreas vistas como mais “masculinas”, como “estudos de segurança”, são o cerne privilegiado da disciplina, o assunto sobre o qual os principais autores escrevem; apesar disso, as mulheres nas RI geralmente estudam “economia política internacional”, “estudos de desenvolvimento”, ou “teoria política internacional” (*ibid.*, p. x).

As separações entre as esferas pública/privada e nacional/internacional são, porém, intrínsecas para a disciplina de RI. A base para a existência de um campo separado da ciência política como um todo, afinal, é a noção de que há algo de *específico* nas relações entre as nações. O fato de o foco da análise ser o estado-nacional também é visto como dado nas abordagens tradicionais. A inserção de uma análise de baixo para cima, trazendo o indivíduo para dentro das RI e confundindo as barreiras entre as dicotomias que formam a base da disciplina são, em função disso, mais revolucionárias do que aparentam ser à primeira vista.

As barreiras entre o público e o privado parecem estar perdendo seu poder explicativo até mesmo fora de círculos feministas. Mary Kaldor (2006), por exemplo, afirma que o período pós-Guerra Fria é marcado por um tipo de guerra que os modelos *mainstream* têm dificuldade em

explicar. A autora faz uma distinção interessante entre os tipos de guerra que os realistas tinham em mente quando formularam suas teorias, e estas “novas guerras”. Estas são uma mistura entre guerra (conflito político entre dois grupos politicamente organizados, por uma causa política), crime (uso de violência por motivos privados) e violações de direitos humanos (agressões de agentes políticos contra indivíduos). Essas esferas são geralmente separadas analiticamente, mas se confundem nas ações de muitos agentes contemporâneos: mercenários atrás de dinheiro e poder muitas vezes afirmam serem rebeldes políticos, por exemplo. “Os agentes são tanto globais como locais, tanto públicos como privados” (*ibid.*, p. 12, tradução da autora). A retórica política legitima ações, pois a política é um motivo para a violência historicamente aceito. De fato, a guerra nada mais é do que uma forma legítima de matar.

O movimento por uma visão mais ampla da política global também se reflete em uma concepção diferente de “segurança” do que a defendida pelo *mainstream*. Na área de estudos de segurança, o realismo é a escola dominante. Embora outras perspectivas tenham ganhado espaço nas últimas décadas expandido o conceito de segurança, em geral ele ainda é centrado no estado como aquele que busca segurança no sistema internacional e, internamente, como provedor de segurança aos seus cidadãos (KRAUSE & WILLIAMS, 2002). Autores críticos a essa definição têm apontado para o fato de que

o próprio estado, longe de ser um provedor de segurança como na visão convencional, tem sido de muitas maneiras uma fonte primária de insegurança. (...) É difícil ver como qualquer conceito útil de segurança pode ignorar a participação de estados em “desaparecimentos” e abuso de direitos humanos em muitas sociedades (WALKER, 1988, p. 11, tradução da autora).

A escola feminista de RI avança estas críticas, defendendo que conceitos como “interesses nacionais” e “segurança nacional” são construídos dentro de um sistema patriarcal em que a busca estatal por segurança gera insegurança a boa parcela da população. No pensamento realista, a divisão entre internacional e nacional é de um mundo anárquico e perigoso, em contraponto à ordem e segurança interna. Interessante notar que o termo utilizado em inglês para a política interna a um país é “doméstica”. Seja no sentido macro ou micro, mulheres bem sabem que o espaço doméstico é longe de ser seguro. A maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa, e o Estado tem sido notoriamente ineficiente em lidar com a violência dentro do casamento, que é inclusive sancionada pelo Estado em muitas sociedades (FINEMAN & MYKITIUK, 2009). Muitas feministas, por isso, definem segurança de modo amplo:

Como a diminuição de todas as formas de violência, inclusive física, estrutural e ecológica. Dado que mulheres têm sido marginais às estruturas de poder da maior parte dos estados, e visto que perspectivas feministas de segurança tomam a segurança humana como sua preocupação central, a maior parte dessas definições começa de baixo, com o indivíduo ou comunidade ao invés do estado ou sistema internacional (TICKNER, 2001, p. 62, tradução da autora).

Isso não significa que o Estado não figura na concepção feminista de segurança, mas sim que a equiparação entre a segurança *do estado* e de *seus cidadãos* não é tomada como dada. Simona Sharoni (1993), por exemplo, sugere que quanto mais um Estado invoca a “segurança nacional”, mais inseguros se tornam seus cidadãos frente seu próprio estado, dado que ações opressoras, se tomadas em nome da segurança nacional, são muitas vezes vistas como justificáveis. Além disso, a questão de violência estatal não é facilmente delimitada; o conceito de “violência estrutural”, de Johan Galtung (1969), foi influente nos estudos críticos de segurança; Galtung expande o conceito de violência de modo a incorporar toda ação que impede o desenvolvimento potencial de seres humanos (p.168). Esta definição pode parecer vaga, e por isso Galtung exemplifica: “se uma pessoa morresse de tuberculose no século XVIII seria difícil conceber isto como violência visto que seria provavelmente inevitável; mas se ela morresse disso hoje, apesar de todos os recursos médicos no mundo, então violência está presente (*ibid.*, tradução da autora)”. Ao adicionar uma perspectiva estrutural para a violência, feministas demonstram como, por exemplo, sanções econômicas (geralmente vistas como uma maneira mais “pacífica” de demonstrar desaprovação a algum regime) matam mais que muitas guerras, atingindo especialmente as populações mais vulneráveis¹⁴. Uma questão que, entre realistas, poderia ser descrita como um Estado exercendo seu poder sobre outro, ao analisarmos com uma lente feminista parece mais com um Estado exercendo seu poder sobre populações pobres, enquanto os mais poderosos do país continuam comprando bens no mercado negro.

A violência econômica é a maior causa de insegurança humana e atinge mulheres e crianças em níveis desproporcionais. Os números para medir a chamada “feminização da pobreza” são, porém, notoriamente difíceis de serem compilados, justamente em função da divisão entre público e privado. Dado que a maior parte do trabalho reprodutivo (afazeres

¹⁴ Um exemplo analisado por Tickner e Sjoberg (2013) é o das fortes sanções ao Iraque após a Guerra do Golfo; dado que o país tinha uma economia baseada na exportação de petróleo, quase todos os bens eram importados, inclusive comida. As sanções duraram 13 anos e levaram à morte de um milhão de iraquianos, metade deles crianças, sendo que outros 30% mulheres. Doenças curáveis e fome foram as principais causas de morte. Em contraste, entre 2003-2013, o número de mortos girou em torno meio milhão de habitantes, incluindo mortes indiretamente causadas pela invasão a ocupação; em função da guerra, a maior parte dos mortos foram homens (HAGOPIAN, *et al.*, 2013).

domésticos e cuidado de crianças) é feito por mulheres e não pago (o que em si representa uma grande desvalorização do trabalho feminino), as medidas comuns de renda não suportam uma análise dentro da família (CHANT, 2006). Apesar de ser um trabalho crucial para o desenvolvimento humano, o fato de o trabalho reprodutivo não ser monetizado faz com que não seja tratado com a mesma importância do trabalho mais “masculino” da arena pública, não configurando, por exemplo, na medida mais utilizada para a produção de riqueza nacional, o PIB; o mesmo é verdade para o trabalho informal como um todo que, especialmente em países mais pobres, é desproporcionalmente realizado por mulheres (JARL, 2003)¹⁵. Apesar disso, alguns programas têm dado importância para o trabalho reprodutivo da mulher, utilizando-o para melhorar a eficiência de programas de transferência de renda e de microcrédito; o fato de que a renda recebida por mulheres tende a ser melhor distribuída dentro da família do que a de homens (*ibid.*), tem levado programas como o Bolsa Família¹⁶ a preferir mulheres como beneficiárias.

Também na área de segurança, as contribuições de mulheres têm sido levadas mais a sério no terreno da política “prática” do que na academia. A importância da segurança humana e da presença de mulheres no processo de securitização tem sido mais reconhecida na área de política “aplicada” do que na academia. A resolução 1325 do Conselho de Segurança, por exemplo, foi um marco para o movimento feminista internacional, dado que foi a primeira vez em que a ONU afirmou a importância da sociedade civil, e especialmente das mulheres, em todas as fases dos processos de construção da paz e da promoção da segurança (MOURA *et al.*, 2012) urgindo que os estados membros da ONU assegurem “uma representação cada vez maior de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas instituições nacionais, regionais, e internacionais, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos” (CSNU, artigo 1º, 2000, tradução da autora).

Por mais que estes reconhecimentos tenham lados positivos para a participação feminina na economia e política, é importante notar que continuam dependendo de construções de gênero essencialistas¹⁷, ou seja, em geral as mulheres só conseguem esses direitos através da utilização

¹⁵ É interessante notar como a falta de atenção para a economia familiar contradiz a própria origem da palavra economia, de “oikos” (casa) e “nomos” (costume, leis), resultando em *oikonomia*, as regras ou administração da casa (JARL, 2003).

¹⁶ A titularidade é concedida preferencialmente à mulheres, por considerarem que elas “conhecem melhor as necessidades da família” e “tendem a gastar com alimentação e com os filhos” (IBASE, 2008, p. 15); atualmente 93% de titulares do programa são do sexo feminino (GOMBATA, 2014).

¹⁷ Em que as características de gênero são vistas como essenciais ao invés de construídas, e.g., mulheres são *essencialmente* pacíficas e vulneráveis, enquanto homens são *essencialmente* agressivos.

do argumento da “utilidade” ou “eficiência” que suas características femininas possam trazer para o projeto (COHN, 2008). Feministas em geral afirmam que, embora as diferenças entre homens e mulheres sejam naturalizadas através de práticas discursivas, o gênero é uma construção social, variando dependendo de questões como região, etnia, classe e época. Não existe consenso entre as autoras quanto ao nível em que existe de fato uma diferença entre homens e mulheres, com autoras pós-modernas geralmente afirmando que até mesmo o sexo é uma construção social (BUTLER, 1990), enquanto outras, como as “feministas de ponto de vista”, defendem uma posição em que a diferença biológica é exacerbada muito além de qualquer real diferença através da construção de feminilidade e masculinidade (HANSEN, 2010). Para as feministas de ponto de vista, “a mulher” não é apenas uma construção linguística, mas existe como sujeito concreto, e está no centro da análise; enquanto isso, pós-modernas buscam desconstruir os discursos que constroem a diferença de gênero, afirmando que a categoria “mulher” não existe fora do discurso (*ibid.*).

Seja qual for a posição ontológica sobre gênero que for tomada, o que une todos os ideais de masculinidade é uma definição em contraponto à feminilidade, em uma relação hierárquica; ou seja, mesmo que os ideais de masculinidade e feminilidade mudem, o que quer que seja associado à mulher em um dado período é considerado inferior¹⁸, ou pelo menos de menor importância, e é comum que uma amnésia coletiva quanto às definições anteriores se instaure. Charlotte Hooper (1999) identifica a maneira como a atual masculinidade hegemônica Anglo-Saxã se estabeleceu, incorporando facetas de diferentes e até contraditórios arquétipos¹⁹.

Algumas autoras feministas têm buscado demonstrar como a categoria “mulher” é um tipo idealizado e utilizado politicamente. Jean Elshtain (1987) faz uma análise dos tropos (figuras ideais de linguagem) que utilizamos para contar as histórias de guerra, buscando revelar o lado “privado” e ideológico da guerra. Mais especificamente, Elshtain trata de duas figuras: o

¹⁸ Um exemplo importante é o da sexualidade, em que pela maior parte da história ocidental (da Grécia Antiga até o início do século XIX) e de maneira mais duradoura no Oriente (com exemplos da Índia, China e Oriente Médio) a sexualidade da mulher foi vista como algo a ser controlado, visto que era amplamente considerado que ela tinha um maior apetite sexual e prazer do que o homem (COTT, 1978). Isto era associado a menor capacidade feminina para a racionalidade e autocontrole. A mudança do estereótipo no século XIX serviu apenas à mulheres brancas de classe média, com mulheres de outras raças continuamente vistas como sexualmente “disponíveis”.

¹⁹ Alguns dos modelos que ainda tem ressonância hoje são: o cidadão/guerreiro grego, que combinava militarismo e racionalismo num sistema em que masculinidade conferia cidadania; o patriarca judeo-cristão e seu ideal doméstico de responsabilidade e autoridade sobre a família; o modelo aristocrata em que laços pessoais entre homens e heroísmo militar eram altamente valorizados; e finalmente o modelo racionalista burguês-protestante, que idealiza o individualismo competitivo, a razão e o autocontrole (HOOPER, 1999, p. 477).

“guerreiro justo” e a “bela alma” que aquele deve proteger²⁰. As histórias de guerra são construídas fora do campo de batalha por meio do jornalismo, literatura, cinema e relatos individuais, até mesmo dentro de casa²¹. Narrativas que utilizam desta construção generificada foram utilizadas para justificar desde a Guerra de Tróia até a “guerra ao terror” no Afeganistão (STABILE E KUMAR, 2005) e no Iraque (EISENSTEIN, 2004), nas quais a imagem de mulheres afegãs e iraquianas como oprimidas foi utilizada na justificativa para a invasão. A noção de que a disciplina não “vê” mulheres não significa que elas nunca aparecem, mas que não aparecem como agentes. Historicamente, mulheres são vistas como vítimas e símbolos de algo a ser defendido, funcionando muitas vezes como “avatars da pátria”, como nas imagens da “Mãe Índia” e “Mãe Irlanda” utilizadas por seus respectivos movimentos nacionalistas (THAPAR-BJÖRKERT & RYAN, 2002).

É importante entender que as hierarquias de gênero não são simples hierarquias de sexo, mas relações que também estabelecem masculinidades em posições dominantes em relação umas às outras; o lado feminino, e oprimido é, por sua vez, associado à feminilidade: “No código da guerra, o inferior e odiado inimigo é feminino” (GOLDSTEIN, 2001). Esta feminilização é feita através de linguagem (chamando inimigos e jovens recrutas de mulheres), castração, e estupro. É claro que a castração ou o estupro de um homem não fazem dele uma mulher, porém estes atos simbolicamente representam uma emasculação, e portanto uma feminilização. A inferioridade associada à feminilidade é tão aceita que a discussão entre a capacidade de grandes líderes é comumente associada a sua masculinidade. Um exemplo atual é o das representações dos presidentes Barack Obama e Vladimir Putin, em que o primeiro é muitas vezes caracterizado

²⁰ O general e então comandante da Marinha norte-americana Robert H. Barrow exemplifica o tropo: “A guerra é um trabalho para homens. (...) mulheres servindo no campo de batalha seria insatisfatório não só em termos do que as mulheres poderiam fazer, mas também seria uma enorme distração psicológica para o homem, que quer pensar que ele está lutando por aquela mulher em algum lugar em casa, não ao seu lado na mesma trincheira. Isto esmaga o ego masculino. (...) É preciso proteger a virilidade da guerra” (*apud* ZALEWSKI, 1998, p. 1).

²¹ A imagem icônica de um pôster propagandista da Primeira Guerra Mundial em que uma menina senta no colo de seu pai e pergunta “O que você fez na Grande Guerra, papai?” é um perfeito exemplo disso.

como feminino em relação ao segundo²². Esta questão também está ligada à homofobia. Em geral, nas sociedades ocidentais atuais, homens homossexuais são vistos como femininos, e, portanto, inferiores, o que têm gerado problemas em forças armadas como nos EUA (COHN, 1998)²³. Esta construção não é estabelecida em todas as sociedades, com o caso de relacionamentos entre homens no exército sendo exaltado como uma maneira de fortalecer as relações de camaradagem entre soldados na Grécia antiga e no Japão até o século XIX (LEUPP, 1999); a influência cultural do ocidente no período imperialista contribuiu para que a associação entre homossexualidade e feminilidade/inferioridade se espalhasse pelo mundo.

Estas representações demonstram que existem hierarquias de masculinidades, que interseccionam com questões de classe, raça, cultura e sexualidade. Na ideologia imperialista, o Oriente era visto como um mundo exótico e feminino, entre o “racionalismo ocidental” e a “selvageria africana” (STOLER, 2002). A hipersexualização de africanos se reflete nos EUA, onde a construção de homens negros como estupradores em potencial de mulheres brancas exerceu força muito além do fim da escravidão (HOOPER, 1999). As intersecções de classe, por sua vez, são visíveis na análise de Connell (1989) sobre os diferentes tipos de masculinidade dentro do próprio exército. Historicamente, a base da organização militar era um relacionamento entre duas masculinidades – uma baseada na força física e subordinação, a outra dominante e competente em nível organizacional, ligada à classe dominante. No último século uma terceira masculinidade – a dos especialistas técnicos, tem se tornado importante, e é altamente relacionada ao próprio estudo das RI. Ashworth e Swatuk (1998, p. 74, tradução da autora)

²² Os diferentes ideais de masculinidade são retratados na questão dos dois presidentes: um ideal de masculinidade russo é personificado por Putin, e alguns russos caçoam Obama por ser visto como feminino – em agosto de 2014, por exemplo, o vice-primeiro-ministro da Rússia postou na rede social “Twitter” uma imagem de Obama segurando um poodle, ao lado de uma de Putin acariciando um tigre, sob a frase “nós temos valores e aliados diferentes” (HALL, 2014). É interessante observar como esse ideal não é universal sequer dentro dos Estados Unidos; os republicanos da emissora FOX News elogiam o comportamento “ másculo” de Putin, em contraste com a feminilidade em Obama: Sarah Palin (*apud*, STEWART, 2014, tradução da autora) ridicularizou o presidente americano por utilizar “jeans de mãe”, comparando-o com Putin, que “luta com ursos”. O ex-prefeito de Nova York, Rudy Giuliani (*apud* STEWART, 2014, tradução da autora) elogiou a atitude agressiva de Putin em relação à Ucrânia, afirmando que o russo “faz uma decisão, e depois todos reagem; isso é o que chamo de um líder”. Enquanto isso, o comediante Jon Stewart denuncia esse mesmo comportamento de Putin como infantil, ridicularizando sua imagem de machão (STEWART, 2014). Stewart também demonstra ter um ideal de masculinidade, mas este diminui a importância de força física em favor de um comportamento ponderado, racional, e “adulto”.

²³ Carol Cohn (1998) faz uma análise profunda do significado que a abertura oficial do exército dos EUA para homossexuais durante o primeiro governo de Bill Clinton teve, defendendo que a rejeição que estas políticas geram por parte de grupos conservadores é fruto de uma percepção de que isto geraria uma feminilização da *imagem* das forças armadas. O problema não é que existam gays nas forças armadas, afinal isso sempre existiu. O problema é que isto seja aberto, o que diminui o prestígio da instituição como símbolo de heteronormatividade. Tanto que após a aprovação da entrada de gays nas forças armadas, a política estabelecida foi uma de “não pergunte, não conte”.

analisam a maneira como, mesmo entre as escolas *mainstream*, hierarquias de masculinidade são utilizadas para desmerecer uns aos outros:

Realismo e liberalismo se definem não só em relação às perspectivas teóricas do outro, mas em desdém mútuo às concepções ocidentais de feminilidade. (...) Para os realistas, liberais não são “homens o suficiente” para o perigoso e ardiloso mundo de relações internacionais. Para os liberais, o homem verdadeiramente masculino é aquele que descarta noções pseudocientíficas da imutabilidade do poder e defeitos na natureza humana e aceita a superioridade do progresso, análise racional, e avanço tecnológico.

Ao analisarmos estas construções, é interessante notar que elas vão além do nível individual; construtivistas defendem que Estados também têm identidades (WENDT, 1992), e feministas afirmam que essas identidades são generificadas (PETERSON, 1992). O nível de masculinidade de um Estado, por exemplo, é visto como dependente do seu poder militar, e o desarmamento seria uma emasculação, e portanto a noção de desarmamento voluntário é vista por muitos como absurda (COHN & RUDDICK, 2003). Um exemplo desta identidade generificada é o da Guerra do Vietnã, apontada por Susan Jeffords (1989) como um evento que gerou uma emasculação dos EUA. A pressão dos movimentos contra a guerra dentro dos EUA foi imprescindível para a retirada das tropas sem uma vitória²⁴; estes grupos eram relacionados aos movimentos por direitos civis de negros e de mulheres (a Segunda Onda feminista), que desafiavam, entre outras coisas, o ideal de masculinidade norte-americano e a família nuclear associada a ele. Steve Niva (1998) analisa a maneira como a Guerra do Golfo teve, além de um motivo estratégico material, um papel importante no restabelecimento da virilidade norte-americana perdida no Vietnã. Similarmente, Carol Cohn e Cynthia Enloe (2003), apontam para o fato de que a resposta estadunidense ao 11 de setembro foi guiada em parte pela necessidade de responder a um ataque à “honra masculina” da nação, ao invés de um cálculo racional²⁵.

A grande lição de feministas nas RI foi resumida por Steve Smith (1998), em seu capítulo no livro *The ‘Man’ Question in International Relations*. Como um homem, Smith revela que não se sentia confortável em escrever sobre gênero e as RI, até se dar conta de que colocar a questão

²⁴ Uma questão especialmente “humilhante” dada a ocasional caracterização dos Vietcongs como “um bando de mulheres e crianças” (HOOPER, 1999, p. 478, tradução da autora).

²⁵ De fato, grande parte dos realistas se opuseram às invasões no Iraque e no Afeganistão afirmando que elas não seriam estrategicamente positivas para os EUA (MEARSHEIMER, 2001;2003); talvez maior atenção à relação entre ideais de masculinidade e o que é esperado de um Estado frente a uma afronta (e.g. “não vamos aceitar isso assim, precisamos mostrar que somos fortes”), inclusive por seus cidadãos, ajudaria a explicar esses comportamentos. A insistência de Mearsheimer de que sua teoria não é normativa, mas simplesmente descreve o comportamento dos Estados apesar de escrever uma série de artigos condenando a ação “irracional” dos EUA – mais recentemente, sobre a Ucrânia (2014) – é, no mínimo, curiosa.

desta maneira já era um erro de compreensão; o gênero já está nas RI: o “neutro” é, na verdade, masculino. O maior privilégio masculino é ter o luxo de não precisar refletir sobre o assunto.

3.2. A Questão Epistemo-Metodológica: Feminismo de Ponto de Vista e Pós-Estruturalista

A análise da metodologia feminista é um desafio que Ackerly *et al.* (2006, p. 263) chamaram de paradoxal: por um lado, tenta-se definir a metodologia feminista como distinta e crucial para o estudo da política global, e por outro não se quer fazer definições imperiais e excludentes do que é ou não uma metodologia feminista. Minha contenção é de que, assim como afirmam Caprioli (2004) e Carpenter (2002), por mais que o feminismo fora das RI seja extremamente plural, o grupo de feministas das RI exclui o feminismo positivista/empirista. Esta exclusão é raramente admitida, mas estabelecida constantemente.

Ackerly e True (2006)²⁶ descrevem uma metodologia utilizada pelas feministas nas RI, demonstrando que, apesar das diferenças, existe certo acordo sobre o que toda teoria feminista na disciplina busca fazer. De acordo com as autoras, a metodologia feminista envolve constante e coletiva reflexão sobre o papel do teórico, e procura sempre, além da simples identificação de opressão, os espaços onde existe resistência, pois só através desta identificação a teoria pode dizer-se emancipatória de fato²⁷. Ackerly e True (*ibid.*, p. 260, tradução da autora) buscam minimizar a natureza da clivagem que fazem com sua definição:

Como feministas, nós somos apropriadamente duvidosas que “uma” metodologia feminista possa ser usada para disciplinar esta área de estudos. De fato, a metodologia que identificamos *não pode disciplinar* (...). Nenhuma visão é excluída, todas são avaliadas criticamente. Nós argumentamos que uma metodologia contínua de auto-reflexão coletiva, ao invés de quaisquer ferramentas *específicas* de análise de gênero, é a ferramenta comum da RI feminista.

Esta metodologia é de fato algo que feministas *nas RI* usam coletivamente, mas dizer que sua utilização é algo que une todas as feministas nega justamente o que ela tem de específico. Feministas positivistas não a utilizam, e é justamente por isso que são constantemente excluídas do grupo “feministas de RI”. Essa metodologia feminista não só assume que a identidade e

²⁶ Como este livro é um compêndio, apresentando capítulos de diversas autoras feministas das RI, entre elas Ann Tickner, Carol Cohn, Christine Sylvester, Jacqui True e Marysia Zalewski, esta opinião das editoras parece ser representativa da opinião de feministas das RI como um todo.

²⁷ As autoras explicam posteriormente que a normatividade de feministas nas RI não é passiva: “primeiro, elas chamam atenção para formas de inclusão e exclusão disciplinares. Segundo, e mais importante, feministas iluminam as possibilidades *práticas* de transformação de uma comunidade política sugerindo métodos que revelam a *agência* daqueles aparentemente excluídos” (ACKERLY & TRUE, 2006, p. 249-250, tradução da autora).

localização do observador importam para a análise (uma afirmação contrária ao empirismo e positivismo em geral), como defende uma contínua reavaliação destas questões, levando em conta os diversos privilégios de pesquisadores.

Ao afirmar que a exclusão do feminismo empirista/positivista confere certa homogeneidade para a escola feminista das RI, não quero dizer que não existam diferenças epistemo-metodológicas dentro do grupo. Harding (1986) apresentou uma divisão que foi muito influente²⁸: feminismo empirista, feminismo de ponto de vista e feminismo pós-moderno. Fora das RI, o feminismo empirista tem alguma força, especialmente nas ciências naturais (*ibid.*), porém o debate entre as últimas duas epistemologias caracteriza o grupo feminista das RI.

O feminismo de ponto de vista tem suas origens no pensamento marxista, especialmente por via de Lukács²⁹. Assim como Lukács via o conhecimento do proletariado como mais objetivo que o burguês, feministas de ponto de vista consideram o conhecimento de grupos marginalizados em geral, como as mulheres, mais objetivos. Enquanto o feminismo empirista acredita que maior objetividade pode ser atingida através de uma maior atenção ao método científico, feministas de ponto de vista apontam para o fato de que os saltos de objetividade da ciência historicamente não foram fruto de neutralidade de valores e maior afinco em seguir o método científico, e sim de revoluções políticas e sociais (HARDING, 1986, p. 25). A autora cita como exemplos os efeitos da própria revolução burguesa dos séculos XV a XVII, que produziram a ciência moderna; ou mais recentemente o aumento da objetividade no século XX com a desconstrução do colonialismo, os movimentos pela igualdade de negros e mulheres. Antes destes movimentos, era considerado científico dizer que mulheres, negros, e crianças tinham o mesmo nível intelectual, uma afirmação hoje considerada em geral claramente preconceituosa e nada objetiva (BERGMAN, 2014). Feministas de ponto de vista vão além, porém, da afirmação de que as *respostas* de cientistas são historicamente tendenciosas a favor de homens brancos; elas afirmam que o androcentrismo da ciência está também nas perguntas que são feitas, a seleção de

²⁸ Apesar de a autora ser uma filósofa da ciência, e não uma teórica das RI, Harding (1986) é o texto mais citado Ackerly *et al.* (2006).

²⁹ Nas palavras de Lukács (1967): “Para o proletariado, tornar-se consciente da natureza dialética de sua existência é uma questão de vida ou morte, enquanto que a burguesia usa as categorias abstratas de reflexão (...) para esconder a estrutura dialética do processo histórico” (p. 163, tradução da autora). Ou seja, em função de sua posição subordinada, o proletariado vê as contradições do sistema de uma maneira que um burguês tem o luxo de ignorar. Desse modo, “o conhecimento gerado do ponto de vista do proletariado encontra-se em um plano científico mais alto objetivamente” (*ibid.*).

quais problemas são mais importantes, e o que é caracterizado como problemático em cada fenômeno (HARDING, 1986, p. 25).

O viés masculino advém justamente da sua posição privilegiada na sociedade, pois é a partir do ponto de vista masculino que as ciências foram (e são) criadas, as perguntas mais importantes definidas, e as respostas encontradas. O grupo que é beneficiado pelo monopólio da produção e disseminação de conhecimento determina o que “conta” como conhecimento, portanto inevitavelmente este conhecimento irá refletir seus interesses (ZALEWSKI, 1993, p. 15). Além disso, o pensamento de grupos marginalizados seria mais completo, pois os membros destes grupos são familiarizados com o pensamento de elite (já que este é ensinado como universal), enquanto que a elite tende a ignorar o pensamento de grupos marginalizados.

O feminismo de ponto de vista, portanto, acredita que existem perspectivas mais e menos objetivas, e que perspectivas marginais tendem a ser mais objetivas. Nancy Hartsock (1983), uma das fundadoras desta perspectiva, alerta, porém, para o fato de que o ponto de vista não é natural, afinal a perspectiva dominante trabalha para esconder seu processo de dominação; é preciso desenvolver o ponto de vista do subordinado através de análise e luta política contínua. É possível ver a influência deste pensamento nos trabalhos de diversas autoras cujos trabalhos foram abordados acima: Enloe (1989), Tickner (1992; 1997) e Peterson (1992) em particular. Estas três autoras estão preocupadas em apontar para os vieses do *mainstream* das RI, uma área particularmente masculina se comparada a outras ciências sociais. As três autoras acreditam que há algo de específico na experiência feminina, e que a disciplina tem uma concepção incompleta e tendenciosa por conta de não considerar as experiências femininas (e pessoais em geral) como relevantes para a política internacional.

O feminismo de ponto de vista é, porém, criticado pelo feminismo pós-moderno³⁰ por suas pretensões universalizantes. Pós-modernos enfatizam a natureza socialmente construída e produtora de relações de poder de *qualquer* narrativa que busca atingir “uma verdade”:

É possível existir *um* ponto de vista feminista se a experiência social de mulheres (ou feministas) é dividida por classe, raça e cultura? É preciso existir pontos de vista feministas Negros e brancos, operários e profissionais liberais, americanos e nigerianos?

³⁰ O pós-modernismo (ou pós-estruturalismo) tem suas bases no pensamento de Foucault e Derrida; embora existam muitas vertentes do pensamento pós-moderno, pode-se dizer que: “Pós-modernos têm um inimigo em comum – o Iluminismo – por causa dos seus pressupostos filosóficos sobre, por exemplo, o sujeito, conhecimento, realidade, linguagem e verdade. Conhecimento e realidade são construções sociais e qualquer tentativa de disciplinar o mundo em uma camisa de força intelectual homogênea é ao mesmo tempo em vão e uma reflexão de estruturas de poder que continuarão a definir e legitimar o que é ‘melhor’ e ‘certo’” (ZALEWSKI, 1997, p. 32, tradução da autora).

Este tipo de consideração leva ao ceticismo pós-moderno: talvez a “realidade” só possa ter “uma” estrutura da perspectiva falsamente universalizante do mestre. Isto é, apenas enquanto uma pessoa ou grupo podem dominar o todo, pode a “realidade” aparecer como governada por um conjunto de regras ou ser constituída por um conjunto privilegiado de relações sociais (HARDING, 1986, p. 27, tradução da autora).

A crítica pós-moderna é contundente, pois revela uma contradição no feminismo de ponto de vista: se homens são tendenciosos porque, dado seu maior poder institucional, as perguntas que julgam importantes e as respostas que encontram servem aos seus interesses, o mesmo não seria verdade para mulheres brancas, de classe média, e ocidentais, frente mulheres mais marginalizadas? Entre as feministas das RI que simpatizam com o pós-modernismo estão Hooper (1999) e Cohn (1987; 1998), que fazem análises da maneira como o masculino e o feminino são construídos no discurso de maneira hierárquica.

Este pensamento, porém, pode levar a um relativismo que nega a própria possibilidade de uma ciência, ou de uma perspectiva de justiça social que é fundamental para o feminismo. Peet e Hartwick (2009, p. 239) afirmam que “a racionalidade é um processo contestado de modos de pensamento lógicos e cuidadosos. Nós deveríamos contestar suas premissas e conclusões continuamente, não abandoná-la”. Zalewski (1991, p. 34-35) chega a chamar o feminismo pós-moderno de um oxímoro, pois julga que ao dizer que mulheres são subordinadas (uma necessidade para que uma análise seja feminista), existe uma noção de objetividade declaradamente modernista/iluminista. Além de esta subordinação ser medida por critérios objetivos que creem na existência de uma realidade, a autora julga que as tendências relativistas e nihilistas do pós-modernismo são contrárias à noção de normatividade inerente ao feminismo, visto que nos levam a noções fatalistas de mundo em que não há objetividade e nada pode ser feito sobre isso.

Apesar da divisão entre as epistemologias feministas facilitar a análise, não devemos através dela criar barreiras intransponíveis entre as diferentes perspectivas. As críticas mútuas entre feministas de ponto de vista e pós-modernas geram movimento e evolução no projeto feminista. As críticas pós-modernas servem para manter feministas de ponto de vista sempre atentas à maneira como o seu discurso é construído, e as relações de poder que estão embutidas nele (HARDING, 1986). A autora Chandra Mohanty (1986; 2003) é um bom exemplo disso; como feminista pós-colonial, Mohanty está preocupada com as relações hierárquicas dentro do próprio movimento feminista, em particular o pensamento colonizador do que ela chama de “feminismo ocidental”. Em função disso, a autora já foi identificada por outros como pós-

moderna (2003, p. 504), porém ela nega que o termo se aplique a ela, afirmando que apesar de utilizar insights pós-modernos, suas críticas ao feminismo ocidental (mas não a todas as feministas ocidentais) não abrem espaço para o relativismo: o feminismo ocidental, em sua tendência a retirar a agência de mulheres do Terceiro Mundo, tratando-as como vítimas a serem salvas, está, de acordo com Mohanty, objetivamente errado.

No primeiro capítulo, utilizei a divisão de Sjoberg e Tickner (2013) para as correntes feministas de RI, dividindo-as entre construtivistas, críticas, pós-estruturalistas e pós-coloniais. Existe certa sobreposição entre estas divisões. Em geral, feministas construtivistas e críticas utilizam uma epistemologia de ponto de vista, afinal todas concordam com a noção de que, apesar de socialmente construídas, existe algo de objetivo e material nas construções de identidade e gênero. Feministas pós-coloniais são divididas, como demonstrado no exemplo de Mohanty, enquanto que pós-estruturalistas são definidas justamente por sua posição epistemológica. A maneira como estas diferentes divisões informam o trabalho de feministas aparece de maneira mais clara nos trabalhos empíricos, analisados no próximo capítulo.

Neste capítulo, foi feita uma análise das revisões ontológicas, metodológicas e epistemológicas de feministas em relação ao *mainstream* da disciplina. Em termos ontológicos, a escola feminista disputa a caracterização limitada das relações internacionais do *mainstream*, afirmando que sua visão de mundo é distorcida e parcial, refletindo mais o poder e influência desproporcional que homens têm, do que uma realidade social completa (YOUNGS, 2004). Apesar de a disciplina se retratar como estudiosa do “poder global”, feministas afirmam que a quantidade e tipos de poder no sistema internacional são em geral subestimados. A escola feminista busca examinar profundamente como o poder funciona, incluindo as suas dimensões de gênero, raça e socioeconômicas, ao situar indivíduos e grupos diferentemente em termos de capacidade, controle, influência, e liberdade (*ibid.*). A noção de que o pessoal é político e internacional vem para esfumegar as barreiras generificadas de público/privado e nacional/internacional, que de acordo com Enloe (1989) diminuem nosso entendimento de como a política realmente ocorre, especialmente a maneira como ela permeia todas as áreas de nossas vidas.

Em termos epistemológicos, a escola feminista se divide entre as epistemologias de ponto de vista e pós-estruturalista. Feministas de ponto de vista afirmam que, para melhor analisar as relações de poder, é preciso analisá-las “de baixo para cima”. Perspectivas de grupos

subordinados tendem a ser mais objetivas e completas, dado que o grupo que é beneficiado pelo monopólio da produção e disseminação de conhecimento determina o que “conta” como conhecimento, portanto inevitavelmente este conhecimento irá refletir seus interesses. Apesar da pretensão de universalidade do pensamento dos grupos dominantes, perspectivas de grupos subalternos são ignoradas. O feminismo pós-moderno/pós-estruturalista, porém, aponta para o fato de que também as feministas de ponto de vista têm pretensões universalizantes sobre o que seria “o ponto de vista feminino”. Pós-modernos enfatizam a natureza socialmente construída e produtora de relações de poder de *qualquer* narrativa que busca atingir “uma verdade”.

4. MÉTODOS EMPÍRICOS DA ESCOLA FEMINISTA

Apesar das críticas ao positivismo e empirismo, seria um erro dizer que a escola feminista das RI se restringe às críticas, sem contribuir com pesquisas empíricas. É necessário, portanto, distinguir entre empírico e empirismo. Enquanto o primeiro é um método “guiado por experiência prática ao invés de teoria” (TICKNER, 2005, p. 2, tradução da autora), o segundo é “a doutrina segundo a qual *todo* conhecimento é derivado da experiência sensorial” (MOORE, 2009, p. 27, ênfase adicionada). Dito isso, a maneira como feministas abordam questões empíricas é diferente do *mainstream*. Ao invés de utilizarem métodos quantitativos, grande parte das feministas empregam a etnografia, autoetnografia, narrativa e análise de discurso. Não há nada de intrinsecamente feminista nestes métodos, afinal eles foram desenvolvidos em outras disciplinas, porém nas RI a escola feminista foi pioneira em utilizá-los.

É impossível neste espaço fazer uma exposição abrangente dos trabalhos empíricos das RI feministas, pois são numerosos e tratam de diversos temas. Esta variação se expressa não apenas nos objetos estudados, como também nas autoras, com uma representação maior de pesquisadoras do “Terceiro Mundo” do que entre as autoras teóricas. A ligação entre autor e objeto certamente favorece esta diversidade, com muitas autoras escrevendo sobre seus países de origem, mesmo que sua “base acadêmica” seja em universidades americanas, europeias e australianas.

4.1. Apresentação e exemplos dos métodos

Ao invés de tentar apresentar o maior número de trabalhos empíricos possível, apresentarei os métodos mais característicos da escola (não só por serem os mais utilizados por pesquisadoras, como também por serem incomuns nas RI tradicionais) com exemplos de trabalhos empíricos que utilizam cada método. É importante lembrar que o mesmo trabalho em geral emprega mais de um método, portanto ao utilizar exemplos de determinados textos, não quero indicar que o trabalho como um todo é representante de apenas um entre os métodos aqui apresentados.

4.1.1. Etnografia e autoetnografia:

A etnografia é um método com origens na antropologia que busca estudar um grupo ou cultura a partir da observação participativa, em que o pesquisador tem uma vivência

relativamente longa e profunda entre aqueles que formam seu objeto de estudo (DA MATTA, 1981). O trabalho do etnógrafo se assemelha ao do repórter investigativo, mas diferentemente do deste, que escreve sobre eventos únicos, incomuns, o etnógrafo está interessado no rotineiro e (aparentemente) banal (FETTERMAN, 1998). Para a antropóloga Wanda Vrasti (2008), porém, a característica mais importante da etnografia é a reflexão sobre o papel que o etnógrafo tem em relação ao seu objeto:

Não há nada de intrinsecamente etnográfico em coletar evidências ao escutar e tomar notas ou em escrever em forma narrativa ou autobiográfica, a não ser que estas práticas sejam reflexivas sobre como as representações que elas geram são atravessadas de poder e grávidas de significado político (p. 286, tradução da autora).

Ao final dos anos 1980 o método foi trazido para as RI por autoras feministas, e desde então passou a ser utilizado também por alguns construtivistas e pós-colonialistas (*ibid.*). O primeiro exemplo de um trabalho etnográfico de RI feminista é, possivelmente, o mais importante. Apesar de ter sido publicado em 1987, é difícil achar um texto da escola feminista de RI que não cite o artigo *Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals*, de Carol Cohn. No início dos anos 1980 – auge da chamada “Segunda Guerra Fria” (HALLIDAY, 1986) – ela começou seu trabalho de campo entre o que apelidou de “intelectuais de defesa”: “homens (e, de fato, são quase todos homens) que (...) criam a teoria que informa e legitima a prática nuclear estratégica americana” (p.687-688, tradução da autora).

Cohn faz uma análise ao mesmo tempo hilária e aterrorizante da linguagem desses intelectuais, demonstrando seu caráter eufemístico que sexualiza e sanitiza o tema das armas nucleares. O “duplêpensar” de 1984 (ORWELL, 1984) é mais real do que percebemos: um exemplo é o do míssil nuclear MX, capaz de carregar 10 ogivas, cada uma 20 vezes mais poderosa que a usada em Hiroshima, e que Ronald Reagan batizou oficialmente de “pacificador”. Um analista do pentágono com quem Cohn conversou, explicando o porquê de ele considerar planos para uma “guerra nuclear limitada” ridículos, disse “[v]eja, você tem que entender que é uma *pissing contest* – você tem que supor que eles vão usar tudo que eles têm” (*ibid.*, p. 696, tradução da autora). Ao utilizar a linguagem de jogos fálicos infantis, além de demonstrar o papel de uma disputa por masculinidade, a imagem diminui a disputa e suas possíveis consequências, representando-a como uma brincadeira entre meninos. Da mesma maneira, termos como “bomba limpa” e “guerra nuclear limitada” facilitam o discurso “racional” dos intelectuais de defesa, ao afastar do pensamento a realidade trágica da guerra. Cohn afirma que a linguagem molda nossos

pensamentos, uma reflexão de sua epistemologia pós-estruturalista³¹. Em um capítulo no livro *Feminist Methodologies for International Relations*, ela esclarece seu ponto de vista, afirmando que entende a realidade como uma construção social, o que não significa que inexistente um mundo real, mas que ele só é acessível para nós através da linguagem e outras formas de representação (COHN, 2006, p. 103-104).

O mais interessante da análise da autora é, porém, a maneira como ela reflete sobre seu papel em relação ao seu objeto de estudo. Cohn se deu conta de que ela mesma, que adentrou o mundo dos intelectuais de defesa como uma feminista que queria entender como “eles” pensam, passou a pensar da mesma forma. Cohn relata o lado divertido e empoderador da linguagem tecnoestratégica, e que, quanto mais ela aprendia usá-la, menos medo ela tinha de uma guerra nuclear, pois o ato de dominar a linguagem coloca o locutor em uma posição de poder, ao mesmo tempo em que os acrônimos e eufemismos afastam a realidade da guerra:

Não importava quão firme era o meu comprometimento em me manter consciente da realidade por trás das palavras, repetidamente eu descobri que não era capaz de continuar conectada, não podia manter vidas humanas como meu ponto de referência. Eu podia passar dias falando sobre armas nucleares sem pensar uma vez sobre as pessoas que seriam incineradas por elas (*ibid.*, p. 709, tradução da autora).

Os insights de Cohn são, portanto, não só fruto da sua observação dos intelectuais de defesa, mas também de seu próprio papel neste mundo. Esta técnica é às vezes chamada de autoetnografia (BLEIKER & BRIGG, 2010), e é muito utilizada por feministas, uma expressão das questões de epistemologia levantadas no capítulo anterior. A noção de que a experiência pessoal do pesquisador possa ser relevante para a análise, e até torná-la mais objetiva, é estranha para positivistas. Embora positivistas em geral admitam que toda análise é influenciada pelo ponto de vista do observador, ainda é entendido que o teórico deve tentar “reprimir” suas visões pessoais, de modo a ter essa objetividade como um horizonte. Ao se colocar no texto, o pesquisador se coloca também como objeto de estudo, não só refletindo sobre seus vieses, como

³¹ Cohn deixa claro, porém, que não devemos atribuir o problema às palavras em si, como se a solução estivesse em usar termos menos eufemísticos – de “danos colaterais” para “assassinato em massa”: “O problema não é apenas que os intelectuais de defesa utilizam terminologia abstrata que os remove das realidades sobre os quais eles falam. Não existe realidade sobre a qual eles falam. Ou, melhor, a “realidade” sobre a qual eles falam é em si um mundo de abstrações. Teoria de dissuasão, e muito da doutrina estratégica em geral dói inventada em grande parte por matemáticos, economistas e alguns cientistas políticos. Ela foi inventada para ser coerente de maneira abstrata, sua validade julgada por sua própria lógica interna. Questões de correspondência à realidade observável não eram o problema. Esses sistemas abstratos foram desenvolvidos como uma maneira de tornar possível “pensar sobre o impensável” – não como um jeito de descrever ou codificar relações no terreno” (*ibid.*, p. 709, tradução da autora).

também permitindo que o leitor o avalie. Em função disso, o argumento de que a autoetnografia é pouco objetiva é rebatido por seus defensores: já que toda pesquisa reflete os interesses do pesquisador, o mais objetivo não é esconder esta subjetividade, mas escancará-la. Bleiker e Brigg (2010) afirmam que isso não significa que toda análise autoetnográfica é válida, mas sim que ela deve ser avaliada de acordo com sua habilidade em gerar novos e valiosos insights que ficariam inexplorados se não fosse a abertura do autor.

O reconhecimento da realidade subjetiva do pesquisador ajuda também a aliviar (embora nunca a eliminar) a questão da hierarquia de poder entre pesquisador e pesquisado. O antropólogo Roberto da Matta (1978, p.10), afirma:

Os manuais de pesquisa social quase sempre colocam o problema de modo a fazer crer que (...) é o pesquisador aquele que deve se orientar para o grupo estudado e tentar identificar-se com ele. Não se coloca a contrapartida deste mesmo processo: a identificação dos nativos com o sistema que o pesquisador carrega com ele. (...) Afinal, tudo é fundado na alteridade em Antropologia: pois só existe antropólogo quando há um nativo transformado em informante. E só há dados quando há um processo de simpatia correndo de lado a lado.

Desta maneira, afirma Da Matta, o objeto de pesquisa é também transformado em etnólogo: “o homem não se enxerga sozinho e precisa do outro como seu espelho e seu guia” (*ibid.*, p. 9).

O estilo de escrita de feministas certamente contrasta com os textos do *mainstream*: grande parte dos artigos começam com histórias pessoais, e conversas relativamente informais entre autoras são impressas como artigos acadêmicos e capítulos de livros (ENLOE & COHN, 2003³²; ENLOE & ZALEWSKI, 2004). Estas conversas demonstram uma característica importante da autoetnografia: ao contrário do que primeiro possa parecer, este método não é um exercício em egocentrismo; pelo contrário, ao trazer suas experiências para o texto, as autoras tendem a revelar as suas *relações* com seus objetos de pesquisa e com outros pesquisadores. É

³² Nesta conversa, Carol Cohn e Cynthia Enloe revelam como o fato de serem mulheres e os preconceitos associados a isso afetam suas pesquisas, às vezes de maneira positiva:

“CC: Eu acho que muitos homens foram bem mais dispostos a falar comigo, responder minhas perguntas “burras” e inocentes de modo muito aberto, tanto por causa de uma generosidade genuinamente cavalheiresca quanto porque era de certa maneira “normal” que uma mulher estivesse fazendo perguntas tão básicas. Ademais, era relativamente fácil para eu, pessoalmente, lidar com o fato de não estar na posição de “*expert*”. Um colega homem que também fez entrevistas com poderosos tomadores de decisões nucleares me disse, um pouco pesaroso, que ele e os homens que ele estava entrevistando às vezes entravam em um impasse competitivo do tipo “quem-é-o-maior-expert-aqui?”. Foi provavelmente bastante produtivo que os meus relacionamentos com esses homens não provocaram este tipo de dinâmica em nenhum de nós!

CE: Sim, imergir em culturas masculinizadas transforma as presunções, geralmente enlouquecedoras, sobre a “menininha inocente” em uma vantagem (ENLOE & COHN, 2003, p. 1188-1189, tradução da autora).

comum que feministas descrevam seu trabalho como uma “jornada”, apresentando a maneira como suas perguntas mudaram no caminho, o modo como seus backgrounds acadêmicos afetaram sua pesquisa, e as pessoas que as influenciaram.

Da Matta (1978) afirma com pesar que muitas das histórias mais interessantes e reveladoras de antropólogos são contadas nas reuniões e coquetéis informais ao invés de aparecerem em seus textos, e comenta:

É uma maneira e – quem sabe? – um modo muito envergonhado de não assumir o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo, temor esse que é tanto maior quanto mais voltado está o etnólogo para uma idealização do rigor nas disciplinas sociais. Numa palavra, é um modo de não assumir o ofício de etnólogo integralmente. (p. 4)

A situação na antropologia quanto à aceitação desta subjetividade mudou bastante desde então (VRASTI, 2008), porém a idealização deste rigor é certamente maior nas RI. Da Matta pede que os etnólogos assumam a natureza subjetiva e emocional da análise, características que, como vimos, são associadas à feminilidade³³. Não é de se surpreender, portanto, que a disciplina de RI, tão masculina, tenha se mostrado especialmente relutante em aceitar a autoetnografia, e que este método tenha sido trazido para as RI justamente por estudiosas feministas.

4.1.2. Entrevistas Semiestruturadas

A etnografia pede por maior imersão do pesquisador do que a simples utilização de entrevistas individuais, mas isso não significa que entrevistas não sejam utilizadas como um método em si. Feministas tendem a utilizá-las de maneira menos ortodoxa do que os “questionários” mais aceitos pelo *mainstream*, em processos denominados entrevistas “em aberto”, ou “semi-estruturadas” (DEVAULT & GROSS, 2012), em que tanto entrevistado como o entrevistador podem sair em tangentes.

Dois dos trabalhos empíricos feministas mais citados são *In Service and Servitude* (1998), de Christine Chin, e *Sex Among Allies* (1997), de Katharine Moon. As duas autoras escolheram como objeto de pesquisa mulheres de seus países natais (Malásia e Coréia do Sul, respectivamente), analisando temas clássicos de RI do ponto de vista de mulheres marginalizadas

³³ Deste ponto de vista pode-se dizer que a antropologia é a ciência social mais feminina, o que talvez tenha contribuído para o fato de que Ruth Benedict foi a primeira mulher a ser considerada “líder de uma profissão acadêmica” (BAILEY, 1994), tornando-se inclusive presidente da Associação Americana de Antropologia em 1947, enquanto sua colega e amiga Margaret Mead foi presidente da associação em 1960.

(o que indica sua posição epistemológica). Chin trata de questões de desenvolvimento e economia política global através da análise das vidas de trabalhadoras domésticas na Malásia e as políticas estatais que as regulam. Além da análise de documentos governamentais, Chin conduziu entrevistas com estas trabalhadoras domésticas, analisando como o estado malaio colaborou, a partir dos anos 1970, para trazer mulheres Filipinas e Indonésias para trabalhar em residências de classe média em situações de quase escravidão. Chin demonstra que o Estado malaio requeria prova de casamento e crianças para que famílias pudessem “receber” estas trabalhadoras, uma maneira de estimular o estabelecimento da família nuclear. A autora também afirma que a promoção do trabalho doméstico de filipinas e indonésias por parte do governo malaio foi uma forma de agradar estas famílias de classe média, o que aumentou o apoio ao governo por parte de grupos importantes da população. As trabalhadoras domésticas também faziam parte do projeto desenvolvimentista de crescimento baseado em exportação do estado malaio, pois seu trabalho liberava mão de obra das mulheres malaias. O seu estudo demonstra que o estado malaio, como outros Estados, não é neutro, mas uma expressão de poder de classe, raça e gênero que ganhou apoio através da cooptação de certos setores da população, enquanto reprimia outros. Consistente com a teoria crítica de Robert Cox, Chin vê seu trabalho como emancipatório, ou seja, busca identificar relações de poder existentes com a intenção de mudá-las.

Katharine Moon (1997), por sua vez, estudou políticas de segurança nacional, através de uma lente nada convencional: prostitutas coreanas em bases militares norte-americanas. Moon explica que a prostituição orientada a militares na Coreia não é simplesmente uma questão de mulheres na esquina se oferecendo a soldados estadunidenses por alguns dólares, mas um sistema patrocinado e regulado pelos dois governos. Além de entrevistas com as mulheres coreanas, Moon analisou documentos oficiais e entrevistou membros dos governos e exércitos americanos e coreanos. A compra e venda de sexo tem sido um componente básico das relações entre os EUA e a Coreia desde a Guerra da Coreia (1950-53) e o estabelecimento de tropas americanas na Coreia desde 1955. Com o anúncio da Doutrina Nixon em 1969, em que o presidente americano anunciou a retirada de 20.000 soldados da Coreia, o governo coreano tornou-se desesperado por melhorar suas relações com o exército estadunidense, para que uma retirada total das tropas americanas não ocorresse. A relação de poder desigual entre norte-americanos e coreanos era refletida na necessidade dos coreanos agradarem as tropas americanas. Foi neste contexto que foi estabelecida a “Campanha para a limpeza”, em que o governo coreano se comprometeu a impor

padrões de saúde e a monitorar prostitutas coreanas ao redor de bases militares dos EUA. As prostitutas coreanas foram usadas como “embaixadoras”, cujo trabalho era avançar as relações amigáveis entre os dois países e manter os soldados americanos “felizes”. O trabalho de Moon revela a maneira como, enquanto os governos estadunidense e coreano as utilizaram como instrumentos de suas políticas externas,

a participação nestes processos politiza as identidades dessas mulheres. No processo, descobrimos que elas são mais envolvidas na política internacional do que no seu papel subordinado em esquemas generificados de poder, mas que seus relacionamentos com soldados estrangeiros *personificam e definem* (...) relações entre governos” (*ibid.*, p. 21, tradução da autora).

Chin e Moon não estão em busca de testar afirmações causais utilizando métodos quantitativos. Seu objetivo é entender as políticas nacionais de estados através das histórias de vidas tornadas inseguras por eles. Este tipo de relação é, em geral, invisível em análises estatísticas, especialmente aquelas geradas pelos próprios governos. Além das razões óbvias (nenhum governo quer reconhecer seu papel em questões de prostituição e maltrato de mulheres), problemas institucionais na maneira como estes dados são medidos são relevantes, como o fato de que estas áreas são consideradas “pessoais” e não “políticas”, portanto falta interesse em estudá-las sistematicamente. A prostituição ligada a bases militares parece algo “natural”, enquanto que trabalhadoras domésticas provenientes de países mais pobres parecem um simples efeito da diferença de salário entre a Malásia e as Filipinas. Sem uma investigação profunda destas relações, seria impossível ver o quanto de *planejamento e exercício de poder* dos estados malaio, estadunidense e coreano foi necessário para que estas mulheres cumprissem esses papéis que, à primeira vista, são tão naturais.

Os trabalhos de Chin e Moon são exemplares na maneira em que, ao tomarem como foco de análise mulheres marginalizadas, cujas experiências, em geral, não são consideradas relevantes para as RI, revelam relações de poder maiores, entre nações (como no caso da Coreia e dos EUA), e entre grupos de interesse dentro de estados (como no caso da classe média malaia).

4.1.3. Narrativas pessoais

O resultado destas entrevistas pode ser utilizado, posteriormente, na forma de narrativa. O método narrativo é usado para falar das vidas daqueles que não são geralmente objeto de estudo nas RI, pois o *mainstream* da disciplina, nas raras vezes em que fala sobre indivíduos, fala sobre

aqueles no topo (chefes de Estado, generais, etc.). Este método é, em geral, usado para contar as histórias de mulheres, mostrando como elas estão nos “bastidores” daqueles espaços importantes para as RI, mas também é usado para contar o lado mais mundano (revelando o político no pessoal) de história mais conhecidas.

Cynthia Enloe emprega este método com frequência, utilizando em geral entrevistas conduzidas por outrem, publicadas em jornais, etc. Além do estilo de escrita mais similar ao da literatura do que o geralmente encontrado em análises históricas, a narrativa conta sobre o lado banal de agentes históricos. Em *The Curious Feminist* (2004), por exemplo, Enloe conta a história de Borislav Herak, um trabalhador de fábrica em Sarajevo que tinha pouco interesse ou conhecimento sobre política, nacionalismo ou história da Iugoslávia. Sua irmã tinha se casado com um bósnio muçulmano, e isso não gerou problemas na família. Ele nunca tinha demonstrado comportamentos agressivos, e não se dava muito bem com mulheres. Entre a invasão de Sarajevo em 1991 e o final de 1992, porém, Borislav tornou-se um dos mais reconhecidos rostos entre os estupradores de mulheres bósnias em massa. De acordo com Borislav, ele não se juntou a uma milícia por causa de seu sentimento nacionalista, mas por uma necessidade de se proteger. Foi após se juntar à milícia que ele passou a ver sua identidade sérvia como justificativa para a luta armada³⁴. Dentro do grupo, porém, Borislav disse sentir necessidade de fazer parte das atividades dos outros soldados (atividades que incluíam não só churrascos, mas estupros coletivos de mulheres bósnias), o que lhes dava um sentimento de unidade e importância. Através da história de Borislav, Enloe busca demonstrar como movimentos armados nacionalistas dependem de construções generificadas, “persuadindo homens individuais de que sua masculinidade só será completamente validada se atuarem como soldados” (*ibid.*, p. 108, tradução da autora).

Em *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives* (2000), Enloe faz uma análise feminista de ponto de vista ao analisar o complexo militar da perspectiva das mulheres conectadas a ele. Isso é feito através de narrativas sobre as vidas de esposas de militares, prostitutas de bases militares, mães de soldados, enfermeiras do exército, mulheres estupradas em guerras, mulheres que trabalham como cozinheiras e faxineiras no exército, mulheres que trabalham em indústrias de defesa, etc. A revelação mais interessante do trabalho

³⁴ Diante da pergunta “como você pôde lutar por pessoas assim?”, Borislav respondeu “eu não podia voltar para Sarajevo para me juntar ao exército Bósnio.” (DALLAS MORNING NEWS, *apud* ENLOE, 2004, p. 114, tradução da autora). Neste trecho, Borislav dá a entender que, não fosse por razões práticas, juntar-se ao exército Bósnio era uma opção real. Ou seja, para ele, a questão nacionalista era pouco importante.

de Enloe é que, por mais que os estudiosos de RI raramente vejam essas mulheres como relevantes para a política global, o complexo militar certamente depende do seu trabalho, e sabe bem disso. A autora demonstra como Estados historicamente interferem nas vidas “pessoais” de seus soldados, em alguns períodos desencorajando casamentos (no início do século XIX, por exemplo, mulheres viajando com seus maridos na marinha era considerado inconveniente por líderes britânicos), e incentivando em outros (e.g. a presença de esposas britânicas na Índia em meados do século XIX passou a ser importante para que britânicos criassem raízes no país sem que esses laços fossem inter-raciais). Atualmente, o Estado americano financia pesquisas de sociólogos e psicólogos com famílias militares para poder lidar melhor com os problemas que poderiam prejudicar o complexo militar. Enloe chega a encontrar um memorando do exército que define as características de uma “boa esposa militar”, ou seja, o exército não ignora o papel que estas mulheres tem, e tenta fazer com que elas o cumpram de acordo com seus interesses³⁵.

4.1.4. Análise de discurso:

A análise de discurso é um método que teve origem no estudo de linguística, mas desde então tem sido utilizados em várias outras ciências sociais. A maioria das análises de discurso foca em linguagem escrita ou falada, porém a linguagem não é necessariamente verbal; podem ser analisados objetos, como memoriais de guerra, ou ações, como movimentação de tropas (HANSEN, 2006). Nas RI, este método é geralmente associado à escola pós-estruturalista, dada a importância da linguagem para esta escola. O trabalho de Carol Cohn (1987), analisado na seção sobre etnografia e autoetnografia, é um exemplo de análise de discurso pós-estruturalista. Dito isso, autores de outras perspectivas também utilizam este método. Charli Carpenter, por exemplo, é uma feminista construtivista, e faz uma análise de documentos do Conselho de Segurança (CS) sobre a proteção de civis, focando no contexto em que palavras como “homens”, “mulheres” e “crianças” aparecem nos textos. O termo “mulheres e crianças” foi utilizado 163 vezes, 44 destas em que fica claro que a expressão é utilizada no lugar de “civis”, enquanto que

³⁵ Craig Murphy (1998) utiliza suas próprias experiências sendo criado em bases militares para completar a análise de Enloe sobre o papel de famílias militares. Enquanto Enloe foca no papel de esposa militar, Murphy afirma: “A experiência de crescer em uma família militar explode um dos principais mitos que suportam o poder militar. Este mito é (...) essencialmente baseado em gênero: Soldados – do sexo masculino – precisam existir para proteger aqueles que “não podem proteger a si mesmos”, as mulheres e crianças. Crianças de pais no exército não precisaram da nova geração de estudos feministas de relações internacionais para reconhecer que exércitos não existem para proteger e servir mulheres e crianças. Nossa própria experiência contradiz esse princípio. O próprio exército não disse o contrário, que nós e nossas mães existíamos para auxiliar os homens no exército (p. 97, tradução da autora)”.

menção de mulheres como combatentes ocorre 6 vezes. Enquanto isso, homens aparecem como vulneráveis uma vez, o mesmo número em que são mencionados como pais.

A autora analisa a maneira como essas utilizações demonstram o essencialismo com que o CS trata a questão de gênero, como se mulheres fossem *todas* civis, e homens fossem *todos* combatentes. Além dos documentos do CS, Carpenter analisa a linguagem de outras fontes:

Em todas essas fontes – literatura, documentos públicos, conteúdo na web, entrevistas, seminários – evidência de essencialismos de gênero nessas normas foi extraída da comparação entre a linguagem usada por atores em relação ao que é sabido sobre a real experiência de mulheres e homens civis na guerra. Ao demonstrar a discrepância entre as presunções essencialistas usadas na linguagem e em realidades empíricas, um forte argumento pode ser feito de que a linguagem usada é ideológica ao invés de simplesmente descritiva da realidade. Isto me permite responder ao óbvio contraponto (...): “bem, existem sim mais mulheres civis do que homens, e maioria dos homens é sim mobilizada, então essas referências são simples declarações de um fato ao invés de essencialismos de gênero”. Através da demonstração de que esta linguagem permite mesmo diante da presença de muitas mulheres armadas e homens civis na população, eu visio problematizar esta linguagem como um prelúdio para avaliar seus efeitos (*ibid.*, p.17, tradução da autora).

Com este trecho, Carpenter demonstra acreditar em uma realidade objetiva que pode ser alcançada além de construções linguísticas, em que a divisão entre combatentes e civis não corresponde à divisão entre homens e mulheres, ao contrário do que geralmente se presume³⁶. O mais interessante na análise de Carpenter é o fato de que atores humanitários utilizam essa linguagem mesmo admitindo que ela é essencialista, porque ela “repercute” com a linguagem moral familiar à maior parte dos doadores, beligerantes e com a mídia global:

Ao dizerem que estão protegendo apenas os “objetivamente” inocentes, um funcionário da UNICEF explicou, agências tentam “despolitizar” seu papel em emergências humanitárias complexas onde neutralidade de fato é cada vez mais reconhecida como inatingível: “Nós simplificamos o problema, simplificamos o cenário, ‘nós só estamos aqui para ajudar civis inocentes, mulheres e crianças e inocentes, nós não estamos aqui para interferir no conflito...’ então trazendo isso para um nível mais básico – nesse sentido, a natureza simplista da análise tem o objetivo de reduzir a controvérsia e tornar o nosso trabalho mais fácil” (entrevistado #30) (p. 109, tradução da autora).

³⁶ Sobre essa realidade, Carpenter afirma: “de acordo com estatísticas disponíveis, apenas 20% dos homens de idade militar eram mobilizados em exércitos formais ou grupos paramilitares no início do período pós-Guerra Fria (KIDRON & SMITH, 1991, p. 33). Por outro lado, aproximadamente 500.000 mulheres pegam em armas mundialmente (SMITH, 2001, p. 64); em alguns contextos o percentual de combatentes mulheres é 25-30% (LINDSEY, 2001, p. 23). Ao iluminar a discrepância entre “as realidades empíricas vs. as narrativas na guerra” (SYLVESTER, 2002, p. 4), os essencialismos de gênero inseridos no discurso de imunidade são expostos como construções ideacionais, ao invés de significantes de realidades da guerra” (p. 26, tradução da autora).

Carpenter afirma que homens e garotos civis são invisibilizados por esta retórica e vitimizados em consequência, utilizando o caso da evacuação da cidade de Srebrenica, na Bósnia, como um exemplo. Após a evacuação de mulheres e crianças da cidade, cerca de 8000 homens e garotos foram massacrados no que ficou conhecido como o maior genocídio na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. A autora entrevistou profissionais humanitários e membros das operações de evacuação em Srebrenica. Grande parte dos entrevistados afirmou que, a evacuação de homens simplesmente não era uma opção, pois “francamente, no caso da Bósnia, a maioria dos homens era ao menos potencialmente combatente” (entrevistado #28, p. 158, tradução da autora). Carpenter, portanto, parte de um ponto específico (a linguagem em certos documentos do CS), para revelar a maneira como, na guerra, a morte masculina é desvalorizada.

4.2. Da adequabilidade de cada método

Todos os métodos apresentados acima têm em comum o fato de que são assentados em objetos concretos específicos, e a partir deles são construídos *insights* sobre estruturas de poder mais amplas. Na etnografia, os objetos são comunidades; na autoetnografia, o próprio autor; nas entrevistas e narrativas, indivíduos cuja experiência é representativa de uma comunidade; na análise de discurso, textos, gravações ou outros objetos que transmitem uma linguagem. Feministas buscam partir do específico para revelar o global; estes métodos são uma expressão de suas noções epistemológicas, em que se afirma que a visão “de baixo” é mais objetiva do que aquela que aparenta ser “de lugar nenhum”, mas na verdade é situada firmemente no topo.

Mesmo separando os métodos para facilitar a análise, fica claro que existe uma sobreposição de diversos métodos em uma mesma análise. Não existe um comprometimento prévio ao método que será utilizado como é comum no *mainstream* da disciplina; muitas feministas descrevem suas pesquisas como uma jornada, em que diferentes métodos são usados de acordo com a pergunta que se busca responder em determinada fase da pesquisa. Charli Carpenter, por exemplo, parte da análise de discursos em textos, para depois entrevistar agentes humanitários, e por último entrevista aqueles que estavam presentes na evacuação de Srebrenica, analisando a maneira como o discurso dos agentes humanitários coincide ou diverge dos textos da ONU; Carol Cohn, através do trabalho de campo e da análise de seu próprio papel entre os intelectuais de defesa, analisar o discurso “tecnocrático”. A utilização de entrevistas (mesmo que conduzidas por outrem) é presente em quase todos os trabalhos empíricos feministas, e é um

reflexo da sua tentativa de trazer o indivíduo para as RI, sem que isso signifique uma perda da perspectiva macro. Não é que feministas das RI pensem que análises quantitativas são inúteis; o problema é que, em geral, este tipo de análise mascara justamente as experiências dos grupos em que feministas mais têm interesse. Trabalhos quantitativos não teriam muito a dizer sobre trabalhadoras em regimes de semi-escravidão na Malásia, ou sobre prostitutas na Coreia do Sul, afinal as relações que revelam os processos transnacionais de poder codificados nas vidas dessas mulheres ocorrem principalmente dentro do espaço “privado”, em geral desconsiderado. Ao investigarem estas histórias utilizando métodos mais comuns na sociologia e antropologia, feministas revelam o que há de global nestas relações que antes seriam ignoradas.

5. DIÁLOGOS COM O MAINSTREAM

A “intervenção feminista” nas RI provocou uma série de reações. Embora a simples indiferença e falta de engajamento em debates com o grupo feminista tenha sido a reação mais comum (TICKNER, 1997), Christine Sylvester (1996) identifica quatro tipos de respostas em particular, cuja distribuição é representada numa curva em forma de sino: (i.) aqueles opostos à própria ideia de uma escola feminista; (ii.) os favoráveis a ideia de contribuições feministas à disciplina (pré-dada); (iii.) os que cordialmente referenciam o feminismo, sem maiores alterações nas suas análises; (iv.) os que incorporam insights feministas em suas abordagens. Enquanto algumas feministas pedem por um diálogo mais produtivo com o *mainstream* da disciplina (TICKNER, 1997; 2005), outras têm se mostrado mais preocupadas com a possível cooptação da escola por parte dos positivistas (WEBER, 1994; ZALEWSKI 2007).

5.1. Respostas do mainstream à intervenção feminista

Em um extremo da curva temos aqueles que se opõem abertamente ao projeto feminista, argumentando que ele é “inútil”, afinal a disciplina é neutra em gênero, não podendo ser sobre mulheres, assim como não pode ser sobre homens (COCKER, 1990); esta reação aberta é relativamente rara, com autores como Steve Smith (1998) afirmando que ela ocorre principalmente em “grupos privados de garotos”, afinal se posicionar contra preocupações sobre gênero em público não é positivo para a imagem de um autor. Tickner (1997) fala que, embora textos argumentando contra a relevância de trabalhos feministas seja rara, questionamentos orais em espaços como congressos, após a apresentação de trabalhos feministas, são mais comuns:

Questionadores afirmam que sua apresentação tem pouco a ver com a disciplina de relações internacionais ou com a prática de política internacional. Precedido de afirmações de que o trabalho apresentado é genuinamente interessante e importante, perguntas como as seguintes são frequentemente feitas: O que essa fala tem a ver com resolver problemas do “mundo real”, como a Bósnia, Irlanda do Norte, e proliferação nuclear? Porque gênero tem qualquer relação com explicar o comportamento de Estados no sistema internacional? Mais perturbadores são os comentários sugerindo que a apresentação é pessoalmente insultante para a audiência, ou que o material é mais apropriado como leitura de cabeceira (p. 612, tradução da autora).

A noção de que o que a escola feminista faz não é “relações internacionais” é recorrente; de fato, as autoras utilizam uma definição diferente do que o que geralmente se entende pelo termo. O fato de que feministas teóricas se colocam como críticas do *mainstream* da disciplina, estabelecendo ele como o *outro* com quem dialogam, as coloca dentro da disciplina em termos metateóricos. Nos trabalhos empíricos, porém, esta definição fica mais imprecisa. Ao utilizarem

métodos mais comuns na antropologia e sociologia, o trabalho de feministas seria melhor aceito nestas ciências sociais do que nas RI. Esta crítica assume, porém, que as RI se estabelecem em contraponto à outras ciências sociais em função da metodologia positivista utilizada, sendo que a hegemonia desta metodologia não é constante na história da disciplina, e nem geograficamente, sendo predominante nos EUA e em países sob sua influência teórica, e mesmo assim só a partir da Guerra Fria (BIERSTEKER, 2009). Dado que feministas empíricas das RI buscam revelar estruturas globais de poder, e estudam em geral questões associadas à violência (estrutural ou física), guerra, instituições globais e discursos sobre essas questões, seus objetos são de RI, mesmo que sua concepção da disciplina seja bastante diferente da tradicional.

Mais próximo à média, temos aqueles que se dizem favoráveis ao projeto feminista, “prontos para dizer o que nós devemos fazer pela disciplina, sempre pré-dada, de RI” (SYLVESTER, 1996, p. 255, tradução da autora). O maior exemplo do tipo é o neoliberal Robert Keohane, que escreveu, a pedido de sua ex-orientanda Ann Tickner, um artigo sobre a escola feminista em 1989. Neste, ele defende uma aliança entre o feminismo de ponto de vista (que ele via como mais promissor que o feminismo empirista ou pós-moderno) e o neoliberalismo. O texto foi criticado por Cynthia Weber de maneira ácida, como pode ser visto pelo título completo de sua resposta ao artigo: *Good Girls, Little Girls, and Bad Girls: Male Paranoia in Robert Keohane's Critique of Feminist International Relations* (1994). Weber afirma que Keohane está buscando “disciplinar” a escola feminista, estabelecendo uma hierarquia entre as feministas que podem melhor contribuir para uma RI cujas bases se mantêm constantes.

Trabalhos subsequentes de feministas buscaram explicar, de maneira mais cordial, o porquê de teorias de gênero não poderem ser simplesmente adicionadas ao *mainstream* com a simples adição da “variável gênero” (TICKNER, 1997; HOOPER, 1999; YOUNGS, 2004; ZALEWSKI, 2007). Charlotte Hooper (1999) explica que qualquer tentativa que tome as identidades de gênero como dadas fora do sistema ignora as questões mais importantes que feministas defendem, i.e., o fato de que a própria construção do *conhecimento* é generificada. Em *You Just Don't Understand* (1997), Tickner busca explicar a razão para a falta de engajamento entre teóricos do *mainstream* e feministas, citando não só profundas diferenças epistemológicas e ontológicas, como um diferencial de poder que faz com que os parâmetros para julgamento das teorias, sejam dados pelos teóricos do *mainstream*.

A sugestão de Keohane (1998) para um programa de pesquisa feminista demonstra que, de fato, “ele não entende”: o autor acusa feministas de não terem um programa de pesquisa, sugerindo que feministas contribuíssem com uma versão da teoria da paz democrática (em que teóricos analisam quantitativamente o comportamento bélico de democracias entre si), em que o nível de agressividade de estados é estudado em relação ao seu nível de igualdade de gênero. Embora uma pesquisa do tipo possa ser produtiva – e, de fato, foi levada a cabo por Caprioli (2005) – ela deixa a construção da disciplina de RI intacta. Como aponta Tickner (2005), uma pesquisa do tipo continuaria estudando a política como classicamente concebida (na esfera pública, dominada por homens), as identidades de gênero como dadas fora do sistema, e trata a igualdade de gênero como algo mensurável (no caso da pesquisa de Caprioli, a porcentagem de mulheres nas câmaras de representativos e o número de anos desde que mulheres garantiram o direito de voto são utilizados para medir a igualdade). O trabalho de feministas seria relegado, assim, a apenas mais um programa de pesquisa subordinado ao neoliberalismo, uma “ala feminina”, longe do cerne das RI e nada ameaçadora para a disciplina. A definição de Keohane (1998) do método científico nas ciências sociais é extremamente limitante, e de fato, muito do produzido hoje nas RI (dentro ou fora do feminismo) não se enquadraria:

O método básico da ciência social continua o mesmo: fazer uma conjectura sobre causalidade; formular esta conjectura na forma de hipótese, consistente com uma teoria estabelecida (e talvez deduzida dela, ao menos em parte); especificar as implicações observáveis da hipótese; testar e ver se estas implicações conferem com o mundo real; e, ao final, garantir que os procedimentos sejam conhecidos publicamente de modo a serem replicáveis (p. 196, tradução da autora).

Além da crítica aos métodos que não buscam “testar uma hipótese” outra crítica comum é em relação à autoetnografia, vista como um método em que “falta rigor e arrisca autoindulgência” (BLEIKER & BRIGG, 2010, p. 781, tradução nossa). *Designing Social Inquiry*, de Keohane, King e Verba (1994), teve por muito tempo posição canônica na disciplina como um guia de metodologia, e nele os autores afirmam:

Da perspectiva de uma contribuição potencial às ciências sociais, razões pessoais não são nem necessárias nem suficientes justificativas para a escolha de um tópico. Na maioria dos casos, elas não deveriam aparecer em nossos escritos acadêmicos. Para colocar de maneira direta, mas indelicada, ninguém se importa com o que nós pensamos – a comunidade acadêmica só se importa com o que podemos demonstrar (p. 15, tradução da autora).

Caprioli (2004) argumenta que análises quantitativas que utilizam gênero e comportamentos de estados como variáveis dependentes poderiam fazer com que o feminismo fosse mais “relevante” para as RI, da mesma maneira que o neorealismo reinventou o realismo clássico, gerando uma agenda de pesquisa mais sistemática e diversa. Ackerly *et al.* (2006) discordam tanto da pretensão de tornar a análise feminista mais palatável para teóricos do *mainstream*, como da própria analogia, visto que, na opinião das autoras “o neorealismo na verdade reduziu a rica tradição histórica e filosófica do realismo a um conjunto ahistórico de proposições cientificamente testáveis” (p. 3, tradução da autora).

A terceira resposta identificada por Sylvester, também perto da média, é a daqueles que sabem que o “cool” é reconhecer o trabalho de feministas, o que é feito através de longas notas de rodapé, mas sem qualquer utilização de gênero como categoria de análise no corpo do trabalho. Este tipo de resposta é mais comum entre autores de outras perspectivas pós-positivistas ou dos “intermediários” construtivistas. Charli Carpenter (2002) aponta para o fato de que, dado o interesse desses autores em questões de construções de identidade e discursos, é surpreendente a falta de atenção que têm dado para a questão de gênero, o que ela afirma ser um reflexo do viés masculino generalizado na disciplina. Com seus interesses em questões identitárias e afirmação das naturezas sociais e subjetivas dos agentes, teorias pós-positivistas já são consideradas mais “femininas” do que os racionalistas (em especial realistas); a utilização de *insights* feministas provavelmente não ajudaria na sua legitimidade para com o *mainstream*.

Um exemplo menos acadêmico, mas que ilustra bem o comportamento de “aceno de cabeça”, é o da revista *Foreign Policy*, que produziu o primeiro volume dedicado ao tema de “sexo” em 2012:

Na Foreign Policy [política externa], tanto a revista como o assunto, sexo é em geral a parte que falta na equação – a parte que formadores de política e jornalistas falam sobre uns com os outros, mas não com suas audiências. E qual o resultado? Mulheres ausentes de negociações de paz e parlamentos, abuso sexual e exploração institucionalizados e legalizados em lugares demais no planeta, e uma política dos EUA que, intencionalmente ou não, frequentemente protege abusadores e perpetua a marginalização de metade da humanidade. Os corpos femininos são o campo de batalha do mundo, o campo contestado no qual a política é jogada. Nós podemos continuar ignorando isto. Por uma edição, nós decidimos fazer o oposto. (FOREIGN POLICY, 2012).

Na última frase, parece claro que, após esta edição, voltarão a ignorar o tema! A capa do volume, por sinal, gerou fortes críticas de feministas das RI (CARPENTER, 2012) por retratar

uma mulher nua, com o corpo completamente pintado de preto, com apenas um retângulo sem tinta na área dos olhos, de modo a lembrar uma burca. Ou seja, justamente na edição que a revista resolve focar no assunto de gênero, a capa mostra uma mulher ao mesmo tempo objetificada e “orientalizada” à maneira que o ocidente tende a fazer com mulheres árabes, tratando-as como vítimas sem agência.

A quarta e última resposta se afasta da média novamente, caracterizada por aqueles que utilizam insights feministas em suas análises. O primeiro exemplo deste tipo é Fred Halliday, que cumpriu importante papel no estabelecimento do feminismo como abordagem legítima nas RI³⁷, utilizando seu nome, então já estabelecido, para trazer atenção para o projeto feminista. Embora alguns (SMITH, 1998) tenham criticado a noção de que foi preciso que um homem, já estabelecido na disciplina, apoiasse estas autoras para que tivessem legitimidade, feministas à época se mostraram pragmáticas, e aceitaram de modo entusiasmado o apoio de Halliday (ENLOE, 1989; TICKNER, 2002). Outros autores que passaram a tratar de gênero com uma perspectiva feminista são Steve Smith (1998; 2013), e Joshua Goldstein (2003).

Smith (1998) identifica três razões por trás das respostas negativas e/ou impassíveis às intervenções feministas: (i.) o fato dos teóricos de RI serem, em geral, do sexo masculino faz com que se sintam ou atacados pessoalmente pelas ideias feministas (em tal caso, a resposta é agressiva), ou embaraçados (em que se julga que, por serem homens, este assunto não deve ser abordado por eles); (ii.) a escola feminista não se encaixa bem com o lado “profissional” das RI, em que a disciplina tem limites bem delineados, e aqueles autores que buscam ameaçar esta divisão não são bem-vindos, o que se reflete nos periódicos de maior renome; (iii.) a dominância de epistemologias positivistas (especialmente nos EUA) faz com que o tipo de perguntas e respostas que feministas levam em conta não sejam vistas como legítimas para o estudo de RI.

De certa maneira, argumenta Smith, os críticos do feminismo o levam mais a sério do que muitos de seus supostos admiradores, pois percebem que,

se levadas literalmente, as preocupações feministas, até mesmo as liberais, fazem com que as RI, como são definidas e praticadas hoje, se tornem insustentáveis. As questões levantadas por feministas não só não se encaixam na disciplina, como perturbam o edifício inteiro de comunidade e sociedade sobre o qual as RI e outras ciências sociais são construídas. (...) É claro, questões de “mulheres e...” (...) podem ser acomodadas, mas estas são coisas muito superficiais. O que não pode ser acomodado é qualquer coisa

³⁷ Junto a sua colega Margot Light, Halliday estabeleceu o primeiro curso de “Mulheres e RI” no mundo em 1989, além de organizar a primeira conferência sobre gênero e RI em 1988, cujos artigos seriam publicados na revista *Millennium* daquele ano, em uma edição especial dedicada ao tema de gênero (TICKNER, 2002).

que desafie a identidade da esfera de comportamento público econômico, político ou social: RI como disciplina só é efetiva dentro de parâmetros extremamente específicos, e estes são, claramente, profundamente generificados (SMITH, 1998, p. 60, tradução da autora).

5.2. Da exclusão de feministas positivistas

De fato, as posições feministas nas RI vão além de simplesmente “adicionar mulheres” às RI. Apesar disso, feministas tendem a argumentar que toda *análise de gênero* tem de ser, por definição, feminista, e portanto igualmente radical em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos (CARVER, 2003). Carpenter (2002), uma feminista construtivista, pede por maior autocrítica da escola feminista em relação aos problemas de diálogo com o *mainstream*. A autora afirma que tratar qualquer análise de gênero como necessariamente feminista reduz incentivos para o diálogo:

Feministas das RI (...) argumentam que diferenças epistemológicas e normativas impedem o *mainstream* de “levar gênero a sério”. Porém a RI feminista também contribui para esta marginalização ao resistir a cooptação de gênero como uma categoria de análise separada dos comprometimentos normativos feministas (CARPENTER, 2002, p. 153-154, tradução da autora).

Em função disso, o pedido de diálogo com o *mainstream* de autoras como Tickner (1997) não funciona em parte porque as próprias feministas não o querem, preferindo produzir conhecimento dentro do seu campo, onde a sua energia possa ser voltada toda para a produção de conhecimento ao invés de para disputas por poder na disciplina. Esta escolha é compreensível, pois as feministas sabem que não teriam a menor chance de tornar-se o paradigma dominante nas RI. Por outro lado, a tentativa de feministas de afirmar que a categoria “gênero” só pode ser usada por feministas é contraproducente. Uma analogia útil seria a da categoria “classe”. Para marxistas, esta categoria é central, e eles certamente consideram que a utilizam melhor do que outras escolas de pensamento (em especial neoclássicos). Mas seria absurdo dizer que os únicos que podem utilizar classe como categoria de análise são os marxistas.

O estudioso de RI do *mainstream*, mesmo que ela ou ele considere os argumentos sobre gênero convincentes, encara uma aparente escolha entre adotar a teoria feminista para estudar gênero (migrando do centro para a margem) ou se juntar à marginalização coletiva de gênero como uma variável explicativa e do feminismo como uma perspectiva normativa. Estudiosos que se engajaram ou até usaram gênero no seu trabalho sem subscrever ao programa feminista receberam respostas gélidas de feministas. Pode ser que, além do interesse limitado do *mainstream* que Tickner cita, nem todas as estudiosas feministas sejam tão abertas quanto ela em relação à utilidade de diálogo entre os paradigmas. Talvez este seja um impedimento para as conversas sobre gênero com não-

feministas que Tickner tenha subestimado (CARPENTER, 2002, p. 156, tradução da autora).

Zalewski (2003) critica Carpenter por sua tentativa de cercear o feminismo, afirmando que ele é extremamente plural. O problema que Carpenter aponta, porém, é justamente o fato de que, na disciplina de RI, o que é considerado feminismo exclui as análises que utilizam metodologias positivistas/empiristas, ou seja, nega a pluralidade do feminismo. Carpenter escolhe chamar este grupo de “teóricos de gênero não-feministas”, porém sua solução é problemática, pois continua definindo o feminismo de maneira restrita³⁸. A noção de que autoras como Caprioli sejam “implicitamente consideradas insuficientemente feministas” (CAPRIOLI, 2004, p. 254, tradução da autora) pelas principais autoras da escola nas RI apesar de subscreverem à normatividade feminista contradiz a natureza plural do movimento feminista fora da disciplina.

Penso que o motivo por trás da exclusão de análises de gênero positivistas do grupo “feminismos nas RI” é prático, para que certa homogeneidade seja imposta na escola feminista de RI e, a partir de alguns princípios com os quais todas concordam, novo conhecimento seja gerado. Neste aspecto, acho que podemos lembrar da distinção que Kuhn (1962) faz entre os períodos revolucionários de uma disciplina e os períodos de estabilidade paradigmática. Na fase revolucionária, novos modos de pensar desafiam o paradigma vigente, gerando uma fragmentação do pensamento. Embora esta fase seja importante para a evolução científica, este período não gera novos conhecimentos, pois os grupos em disputa passam mais tempo buscando dominância do que produzindo conhecimento. É só num período que Kuhn chamou de “ciência normal” que esse avanço ocorre, pois um paradigma se estabeleceu como dominante.

Na disciplina de RI, assim como nas ciências sociais, é difícil dizer que existe um “paradigma” no sentido que Kuhn dá para a palavra, i.e. *uma* escola de pensamento verdadeiramente hegemônica. Mesmo assim, o tipo de momento revolucionário (e pouco produtivo) que Kuhn aponta pode acontecer – no caso, o “Terceiro Debate” –, com uma certa estabilidade atingida posteriormente em que vários escolas de pensamento convivem, mesmo que com diferenças de poder na disciplina. O feminismo claramente não faz parte do paradigma dominante nas RI, mas acho possível dizer que se formou como uma escola de pensamento própria, composta a partir da exclusão de certos pensamentos (como o feminismo que utiliza

³⁸ Carpenter (2003) parece reconhecer o problema em um texto subsequente, afirmando que pesquisa de gênero não feminista seria aquela que incorpora gênero como categoria analítica, mas à qual falta *ou* um discurso políticos aberto *ou* serve um discurso político que não o de superar à opressão de gênero. Ou seja, o rótulo feminista deve caber àquelas que utilizam uma perspectiva normativa feminista autodeclarada.

métodos positivistas), e de certa forma contente com sua posição às margens da disciplina. Por mais que essa exclusão de vozes menos críticas ao *mainstream* das RI possa ser criticada, ela criou certo consenso no pensamento feminista das RI, a partir do qual muito conhecimento teórico e empírico foi gerado, assim como Kuhn afirma que ocorre em momentos de “ciência normal”.

Por outro lado, através da exclusão de feministas positivistas, as respostas negativas, cooptativas ou simplesmente indiferentes do *mainstream* são legitimadas pela própria escola feminista, ao se recusarem a reconhecer a possibilidade de uma análise de gênero positivista. Isto porque o *mainstream* ganha carta-branca para ignorar totalmente a questão de gênero, dado que pouquíssimos autores estão dispostos a abandonar seu paradigma (migrando do centro para a margem da disciplina) para tratar da questão de gênero. Se feministas pós-positivistas realmente estão comprometidas com a pluralidade da escola, precisam passar a reconhecer análises quantitativas que se comprometem com a igualdade de gênero como feministas, mesmo que continuem a criticá-las; se querem que o resto da disciplina levado o gênero a sério como categoria de análise, não podem retê-lo para si.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução, estabeleci como o objetivo geral do trabalho identificar o que caracteriza a escola feminista – quais seus preceitos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. No curso deste trabalho, foi defendido que a “escola feminista das RI” é um grupo relativamente coeso de autoras que compartilham de uma ontologia, epistemologia, e metodologia. Este grupo, porém, não abarca todas as feministas de RI, pois que exclui as feministas positivistas. A base ontológica da escola feminista foi construída em contraponto à caracterização limitada de “relações internacionais” do *mainstream*, argumentando que sua visão de mundo é distorcida e parcial, refletindo mais o poder e influência desproporcional que homens têm, do que uma realidade social completa (YOUNGS, 2004). Apesar de a disciplina se retratar como estudiosa do “poder global”, feministas afirmam que a quantidade e tipos de poder no sistema internacional são em geral subestimados (ENLOE, 1989). A escola feminista busca examinar profundamente como o poder funciona, incluindo as suas dimensões de gênero, raça e socioeconômicas, ao situar indivíduos e grupos diferentemente em termos de capacidade, controle, influência, e liberdade (YOUNGS, 2004).

Epistemologicamente, feministas acreditam que a perspectiva do *mainstream* é um reflexo de sua posição privilegiada no sistema patriarcal. Feministas de ponto de vista defendem que, para entender melhor as relações de poder, é preciso analisá-las “de baixo para cima”. Elas afirmam que perspectivas de grupos subordinados tendem a ser mais objetivas e completas, dado que o grupo que é beneficiado pelo monopólio da produção e disseminação de conhecimento determina o que “conta” como conhecimento, o que reflete seus interesses. Apesar da pretensão de universalidade do pensamento dos grupos dominantes, perspectivas de grupos subalternos são ignoradas. O feminismo pós-moderno/pós-estruturalista, porém, aponta para o fato de que também as feministas de ponto de vista têm pretensões universalizantes sobre o que seria “o ponto de vista feminino”. Pós-modernos enfatizam a natureza socialmente construída e produtora de relações de poder de *qualquer* narrativa que busca atingir “uma verdade”.

Apesar das críticas ao positivismo e empirismo, seria um erro dizer que a escola feminista das RI se restringe à desconstrução, sem contribuir com pesquisas empíricas. Ao invés de utilizarem métodos quantitativos, grande parte das feministas empregam a etnografia, autoetnografia, narrativa e análise de discurso. Esses métodos têm em comum o fato de que são assentados em objetos concretos específicos, e a partir deles são construídos *insights* sobre

estruturas de poder mais amplas. Feministas buscam partir do local para revelar o global; estes métodos são uma expressão de suas noções epistemológicas, em que se afirma que a visão “de baixo” é mais objetiva do que aquela que aparenta ser “de lugar nenhum”, mas na verdade é situada firmemente no topo. Não que as feministas empíricas das RI pensem que análises quantitativas são inúteis; o que apontam é que, em geral, este tipo de análise mascara relações de dominação que perpassam espaços públicos e privados, especialmente em se tratando das experiências de grupos marginalizados, em especial as mulheres. Ao investigarem as realidades desses grupos utilizando métodos mais comuns à sociologia e à antropologia, estas feministas revelam o que há de global nestas relações e ainda como considerá-las pode contribuir para um entendimento mais profundo (e crítico) do global.

A disciplina tem, porém, se mostrado especialmente resistente em relação à questão de gênero, talvez por sua associação a áreas tão masculinas como a guerra, e a preponderância de metodologias positivistas - cuja negação do papel da normatividade e subjetividade na construção da ciência é também uma negação de características associadas à feminilidade. A associação entre feminilidade e inferioridade contribui para o culto à agressividade nas relações internacionais. Enquanto o nível de masculinidade de um Estado é visto como dependente do seu poder militar, o desarmamento voluntário é tido como uma emasculação, e percepções sobre insegurança são intrinsecamente atadas ao orgulho masculino de uma nação, e não só a “cálculos racionais”. Estas hierarquias de masculinidade existem dentro da própria disciplina, em que teorias normativas ou que apresentam qualquer admissão de subjetividade são vistas como insuficientemente masculinas. Desta maneira, feministas demonstram que não estão “adicionando” gênero às RI. Essas dimensões já estão lá; precisam ser reveladas, para que possam ser desconstruídas.

A resistência da disciplina não é, porém, total. Nos últimos quinze anos feministas têm ganhado certo espaço na disciplina, como uma corrente legítima, mesmo que marginalizada. Os sinais de abertura do *mainstream* para questões feministas são positivos, mas correm o risco de se manterem como uma aceitação simbólica, uma feminista por departamento de universidades importantes, um capítulo em livros de teoria. É preciso levar as críticas feministas a sério em outras áreas. Para tanto, é necessário construir pontes entre o pensamento feminista e o de outras escolas. Creio que um bom começo é seguir o conselho de Carpenter (2002) e reconhecer autoras positivistas que estudam a questão de gênero normativamente como parte do grupo feminista.

Dito isso, o medo de cooptação – e conseqüente diluição – das alas mais “radicais” do feminismo das RI também deve ser considerado; de fato, poderia se configurar uma perda se autoras feministas positivistas passassem a responder por todo o rico espectro de autoras como visto aqui. Se, por exemplo, aqueles pequenos gestos de reconhecimento do *mainstream* fossem concedidos apenas àquelas feministas que não disputam as bases (ontológicas, epistemológicas e metodológicas) de seu pensamento.

Para que feministas pós-positivistas não percam espaço, é preciso que pontes também sejam construídas com as outras perspectivas pós-positivistas. Essa questão têm sido negligenciada pelas próprias feministas que, em geral, estabelecem o *mainstream* como a escola a ser criticada e, portanto, o *outro* com quem dialogam³⁹. O fato de o *mainstream* não ter se mostrado aberto à contribuições feministas não é uma surpresa, afinal suas bases racionalistas são fundamentalmente contrárias às posições defendidas pela feministas pós-positivistas das RI. Por outro lado, o relativo descaso de pós-positivistas não feministas em relação à análise de gênero têm sido mais problemático. Se o movimento pós-positivista do terceiro debate foi o que proporcionou um espaço para a escola feminista, este espaço não foi devidamente explorado de modo a espalhar as contribuições feministas para além da sua escola.

Nesse aspecto, as preocupações levantadas por Smith (1998) sobre autores homens terem medo de refletir sobre seu próprio papel privilegiado, além de certo receio em serem vistos como cooptando o pensamento feminista, são reveladoras. Creio que mais trabalhos focados na questão da própria masculinidade (como os *The ‘Man’ Question* (1998) e *Rethinking the Man Question* (2008), organizados por Zalewski e Parpart) poderiam ser usados para estabelecer ligações com autores de outras perspectivas pós-positivistas. Foi a partir de seu capítulo no primeiro livro que Steve Smith se engajou com a questão feminista, e desde então ele têm inserido gênero em suas análises. Trabalhos sobre masculinidades abordam a questão mais ampla de construção da própria disciplina e o papel que até mesmo autores pós-positivistas têm em perpetuar seus vieses androcêntricos; são uma maneira de questionar o que faz mesmo os autores fora do *mainstream* ignorarem a questão de gênero. Ao engajar esses autores, feministas pós-positivistas podem conseguir aliados sem diluir sua epistemologia e metodologia; feministas críticas construiriam

³⁹ O maior exemplo desse diálogo é entre Tickner e Keohane, que se estabeleceu cronologicamente assim: Keohane (1989), Tickner (1997), Keohane (1998) e Tickner (2005). Não existe diálogo similar entre feministas e teóricos pós-positivistas não feministas.

pontes com teóricos críticos; feministas construtivistas com construtivistas; feministas pós-colonialistas com pós-colonialistas, e feministas pós-estruturalistas com pós-estruturalistas.

BIBLIOGRAFIA

ACKERLY, B.; TRUE, J. Studying the struggles and wishes of the age: feminist theoretical methodology and feminist theoretical methods. In: **Feminist Methodologies for International Relations**. ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 241-260.

ACKERLY, B. *et al.* Conclusion. In: **Feminist Methodologies for International Relations**. ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 261-263.

ASHWORTH, L. M.; SWATUK, L. A. Masculinity and the Fear of Emasculation in IR Theory. In: **The 'Man' Question in International Relations**. PARPART, J.; ZALEWSKI, M. (Eds.). Boulder: Westview Press, 1998, p. 73-92.

BAILEY, M. J. **American Women in Science: A Biographical Dictionary**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1994.

BEIER, M. **International Relations in Uncommon Places**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

BERGMAN, J. **The Darwin Effect: It's Influence on Nazism, Eugenics, Racism, Communism, Capitalism and Sexism**. Green Forest: Master Books, 2014.

BIERSTEKER, T. J. The Parochialism of Hegemony: Challenges for "American International Relations". In: **International Relations Scholarship Around the World: Worlding Beyond the West**. TICKNER, A. B.; WÆVER, O. (Eds.) Nova Iorque: Routledge, 2009, p. 308-327.

BLEIKER, R.; BRIGG, M. Autoethnographic International Relations: Exploring the Self as a Source of Knowledge. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 36, p. 779-798, 2010.

BURCHILL, S.; LINKLATER, A. Introduction. In: **Theories of International Relations**. BURCHILL, S.; LINKLATER, A.; DEVETAK, R.; DONNELLY, J.; NARDIN, T.; PATERSON, M.; REUS-SMIT, C.; TRUE, J. 3. ed. Basingstoke: Palgrave, 2005, p. 1-28.

BUTLER, J. **Gender Trouble**. Nova Iorque: Routledge, 1990.

CAPRIOLI, M. Feminist IR Theory and Quantitative Methodology: a Critical Analysis. **International Studies Review**, Oxford, v. 6, p. 253-269, 2004.

_____. Primed for Violence: The Role of Gender Inequality in Predicting Internal Conflict. **International Studies Quarterly**, Londres, v. 49, p. 161-178, 2005.

CARPENTER, R. C. Gender Theory in World Politics: Contributions of a Nonfeminist Standpoint? **International Studies Review**, Oxford, v. 4, n. 3, p. 153-165, 2002.

_____. Stirring Gender into the Mainstream: Constructivism, Feminism and the Uses of IR Theory. In: Gender and International Relations, CARVER, T. (Ed.) **International Studies Review**, cidade, v. 5, p, 297-300, 2003.

_____. **Innocent Women and Children: Gender, Norms and the Protection of Civilians.** Burlington: Ashgate Publishing Company, 2006.

_____. **“Seriously, Guys!”: How (Not) to Write About Gender and Foreign Affairs.** The Duck of Minerva. 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.whiteoliphant.com/duckofminerva/2012/04/seriously-guys-how-not-to-write-about.html>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CARVER, T. Gender/feminism/IR. In: Gender and International Relations, CARVER, T. (Ed.) **International Studies Review**, cidade, v. 5, p, 288-290, 2003.

CHAFETZ, J. S. **Feminist Sociology: an overview of contemporary theories.** Itasca: F. E. Peacock Club, 1988.

CHANT, S. Re-thinking the “Feminization of Poverty” in Relation to Aggregate Gender Indices. **Journal of Human Development**, Londres, v. 7, n. 2, p. 201-220, 2006.

CHIN, C. **In Service and Servitude: Foreign Female Domestic Workers and the Malaysian ‘Modernity’ Project.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1986.

COCKER, C. Women and International Relations. **Salisbury Review**, Londres, p. 23-27, jun. 1990.

COHN, C. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs**, Chicago, v. 12, n. 4, verão, p. 687-718, 1987.

_____. Gays in the Military: Texts and Subtexts. In: **The ‘Man’ Question in International Relations.** PARPART, J.; ZALEWSKI, M. (Eds.). Boulder: Westview Press, 1998, p. 129-149.

_____. Motives and Methods: Using Multi-sited Ethnography to Study US National Security Studies. In: **Feminist Methodologies for International Relations.** ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 91-107.

_____. Mainstreaming Gender in UN Security Policy: a Path to Political Transformation? In: **Global Governance: Feminist Perspectives.** RAI, S. M.; WAYLEN, G. (Eds.) Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008, p. 185-206.

COHN, C.; ENLOE, C. A Conversation with Cynthia Enloe: Feminists Look at Masculinity and the Men Who Wage War. **Signs**, Chicago, v. 28, n. 4, p. 1187-1207, 2003.

COHN, C. RUDDICK, S. A Feminist Ethical Perspective on Weapons of Mass Destruction. **Consortium on Gender, Security, and Human Rights**, working paper, n. 104, 2003.

CONNELL, R. W. Masculinity, Violence and War. In: **Men's Lives**. KIMMEL, M. S.; MESSNER, M. A. (Eds.). Nova Iorque: Macmillan, 1989, p. 194-200.

COTT, N. Passionlessness: An Interpretation of Victorian Sexual Ideology, 1790-1850. **Signs**, Chicago, v. 4, n. 2, p. 219-236, inverno, 1978.

COX, R. Social forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, Londres, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CSNU. Resolution 1325. **Conselho de Segurança das Nações Unidas**, 2000. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

DA MATTA, R. O Ofício do Etnólogo, Ou Como Ter Anthropological Blues. **Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1-11, mai. 1978.

_____. **Relativizando**: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DEVAULT, M. L.; GROSS, G. Feminist Qualitative Interviewing: Experience, Talk, and Knowledge. In: **Handbook of Feminist Research**. HESSE-BIBER, S. (Ed.), Thousand Oaks: Sage Publications, 2012, p. 206- 236.

EISENSTEIN, Z. **Against Empire**: Feminisms, Racisms, and the West. Londres: Zed Books, 2004.

ELSHTAIN, J. **Women and War**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

ENGELS, F. **The Origin of the Family, Private Property and the State**. Zurich, 1884.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches, and Bases**. Londres: Pandora Press, 1989.

_____. **Maneuvers**: the International Politics of Militarizing Women's Lives. London: University of California Press, 2000.

_____. **The Curious Feminist**: Searching for Women in a New Age of Empire. London: University of California Press, 2004.

ENLOE, C.; ZALEWSKI, M. Feminist Theorizing from *Bananas* to *Maneuvers*. In: **The Curious Feminist**: Searching for Women in a New Age of Empire. ENLOE, C. London: University of California Press, 2004, p. 83-95.

EPPING, L.; PRÁ, J. Cidadania e Feminismo no Reconhecimento dos Direitos Humanos e das Mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, jan./abr. 2012.

FETTERMAN, D. M. **Ethnography**: Step-by-Step. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998.

FINEMAN, M. MYKITIUK, R. **The Public Nature of Private Violence**: The Discovery of Domestic Abuse. Nova Iorque: Routledge, 2009.

FOREIGN POLICY. **The Sex Issue**. Nova Iorque, 18 abr. 2012. Disponível em: <www.foreignpolicy.com/The_Sex_Issue>. Acesso em: 13 nov. 2014.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GOMBATA, M. Entenda Como Funciona o Bolsa Família. **Carta Capital**, Santana do Paraíba, 13 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

GOLDSTEIN, J. S. **War and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HAGOPIAN, A *et al.*. Mortality in Iraq Associated with the 2003–2011 War and Occupation: Findings from a National Cluster Sample Survey by the University Collaborative Iraq Mortality Study. **PLOS Medicine**, cidade, 15 out. 2013. Disponível em : <<http://www.plosmedicine.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pmed.1001533#pmed-1001533-g001>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

HALL, J. Kremlin Mocks Obama's Masculinity by Tweeting Picture of Him Holding a Poodle Next to Putin Petting a Leopard. **Mail Online**, Londres, 1 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2713032/Kremlin-mocks-Obamas-masculinity-tweeting-picture-holding-poodle-Putin-petting-leopard.html>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

HALLIDAY, F. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **The Making of the Second Cold War**. London: Verso, 1986.

HANISCH, C. The Personal Is Political. **Notes from the Second Year: Women's Liberation**, Nova Iorque, p. 76-78, 1970.

HANSEN, L. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

_____. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. In: **Gender Matters In Global Politics: a Feminist Introduction to International Relations**. SHEPHERD, L. (Ed.). Londres: Routledge, 2010, p. 17-27.

HARDING, S. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

_____. Is There a Feminist Method? In: **Feminism and Methodology: Social Science Issues**. HARDING, S. (Ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1987, p 1-14.

_____. **Is Science Multicultural?: Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

HARTSOCK, N. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In: **Discovering Reality**. HARDING, S.; HINTIKKA, M. B. (Eds.). Boston: Ridel, 1983, p. 283-310.

HOOPEL, C. Masculinities, IR And The 'Gender Variable': a Cost-Benefit Analysis for (Sympathetic) Gender Sceptics. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 25, 1999. p. 475-491.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Rio de Janeiro, Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/backup/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/cisternas/arquivos/pesquisa-ibase-pbf-seguranca-alimentar.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

JARL, A. **In Justice: Women and Global Economics**. Minneapolis: Augsburg Fortress, 2003.

JEFFORDS, S. **The Remasculinization of America: Gender and the Vietnam War**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

KALDOR, M. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. 2 ed. Londres: Polity Press, 2006.

KEOHANE, R. International Relations Theory. Contributions of a Feminist Standpoint. **Millennium**, Londres, v. 18, n. 2, p. 245-253, 1989.

_____. Beyond Dichotomy: Conversations between International Relations and Feminist Theory. **International Studies Quarterly**, Londres, v. 42, n.1, p. 193-197, mar. 1998.

KEOHANE, R.; KING, G.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

KURKI, M.; WIGHT, C. In: **International Relations Theories**. DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Eds). Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 14-35.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. PREFACE: Towards Critical Security Studies. In: **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Eds.) London: UCL Press, 2002, p. vii-xxi.

KROLØKKE, C.; SØRENSEN, S. **Gender Communication Theories and Analyses: From Silence to Performance**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, Londres, v. 33, p. 235-254, 1989.

LEUPP, G. P. **Male Colors: The Construction of Homosexuality in Tokugawa Japan**. Berkeley: University of California Press, 1999.

LOCHER, B.; PRÜGL, E. Feminism and Constructivism: Worlds Apart or Sharing the Middle Ground? **International Studies Quarterly**, Londres, v. 45, p. 111-129, 2001.

LUKÁCS, G. **History and Class Consciousness**. Londres: Merlin Press, 1967.

MACKINNON, C. A. Rape, Genocide, and Women's Human Rights, **Harvard Women's Law Journal**, Cambridge, v. 5, p. 11-12, 1994.

MEARSHEIMER, J. J. Guns Won't Win the Afghan War. **The New York Times**, Nova Iorque, 4 de nov., seção 4, p. 13, 2001.

_____. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, set/out de 2014. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/141769/john-j-mearsheimer/why-the-ukraine-crisis-is-the-west-s-fault>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

MEARSHEIMER, J. J.; WALT, S. An Unnecessary War. **Foreign Policy**, n. 134, p. 51-59, jan/fev. de 2003.

MESSER-DAVIDOW, E. **Disciplining Feminism**: From Social Activism to Academic Discourse. Durham: Duke University Press, 2002.

MILES, A. R. **Integrative Feminisms**: Building Global Visions, 1960s-1990s. Nova Iorque: Routledge, 1996.

MILL, J. S. **The Subjection of Women**. London, 1869.

MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Feminist Review**, Basingstoke, v. 30, p. 61-88, outono, 1988.

_____. Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles. **Signs**, Chicago, v. 28, p. 499-535, 2003.

MONTE, I. X. **Gênero e Relações Internacionais**: Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. O Debate e os Debates: Abordagens Feministas para as Relações Internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, 2013.

MOON, K. **Sex Among Allies**: Militarized Prostitution in U.S. – South Korea Relations. Nova Iorque: Columbia University Press, 1998.

MOORE, A. W. Quine. In: **Filósofos Modernos**. BELSHAW, C.; KEMP, G. (Eds.) São Paulo: Artmed, 2009, p. 26-43.

MOURA, T.; ROQUE, S.; SANTOS, R. Conexões perdidas: Representações de Género, Violência (Armada) e Segurança na Resolução 1325. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 96, p. 165-196, 2012.

MURPHY, C. Six Masculine Roles in International Relations and Their Interconnection: a Personal Investigation. In: **The 'Man' Question in International Relations**. PARPART, J.; ZALEWSKI, M. (Eds.). Boulder: Westview Press, 1998, p. 93-108.

NIVA, S. Tough and Tender: New World Order Masculinity and the Gulf War. In: **The 'Man' Question in International Relations**. PARPART, J.; ZALEWSKI, M. (Eds.). Boulder: Westview Press, 1998, p. 109-128.

ONUF, N. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ORWELL, G. **1984**. Tradução de Wilson Velloso, 17 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. **The 'Man' Question in International Relations**. Boulder: Westview Press, 1998.

_____. **Rethinking the Man Question: Sex, Gender, and Violence in International Relations**. London: Zed Books, 2008.

PATEMAN, C. Participatory Democracy Revisted. **Perspectives on Politics**, v. 10, n. 1, p. 7-19, mar. 2012.

PEET, R.; HARTWICK, E. **Theories of Development: Contentions, Arguments, Alternatives**. 2. ed. Nova Iorque: The Guilford Press, 2006.

PETERSON, V. S. Introduction. In: **Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory**. PETERSON, V. S. (Ed.) Boulder: Lynne Rienner, 1992, p. 1-29.

REUS-SMIT, C. Constructivism. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A.; DEVETAK, R.; DONNELLY, J.; NARDIN, T.; PATERSON, M.; REUS-SMIT, C.; TRUE, J. **Theories of International Relations**. 3. ed. Basingstoke: Palgrave, 2005, p. 188-212.

SCHNEIR, M. **Feminism in Our Time: The Essential Writings, World War II to the Present**. Nova Iorque, Vintage Books, 1994.

SCOTT, J. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Bloomington, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986.

SEGRAN, E. If We Want Feminism to Have a Real Impact, Then Let's Stop Teaching So Much Theory. **New Republic**, 7 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.newrepublic.com/article/118996/womens-studies-departments-are-failing-feminism>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SHARONI, S. Gender and Middle East Politics. **Fletcher Forum**, Medford, v. 17 n. 2, p. 59-73, 1993.

SJOBERG, L.; TICKNER, A. Feminism. In: **International Relations Theories**. DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Eds). Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 205-222.

SJOBERG, L.; VIA, S. **Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara: Praegar Security International, 2010.

SMITH, S. “Unacceptable Conclusions” and the “Man” Question. In: **The ‘Man’ Question in International Relations**. PARPART, J.; ZALEWSKI, M. (Eds.). Boulder: Westview Press, 1998, p. 54-72.

_____. Introduction. In: **International Relations Theories**. DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Eds.). Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-13.

STABILE, C. A.; KUMAR, D. Unveiling Imperialism: Media, Gender, and the War in Afghanistan. **Media, Cluture, and Society**, v. 27, n. 5, p. 765-782, 2005.

STEWART, J. Big Vladdy – Semi-delusional Autocrats. **The Daily Show with Jon Stewart**, Comedy Central, 6 mar. de 2014. Disponível em: <<http://thedailyshow.cc.com/videos/8gpcf5/big-vladdy---semi-delusional-autocrats>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

STOLER, A. L. **Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule**. Berkeley: University of California Press, 2002.

SYLVESTER, C. The Contributions of Feminist Theory to International Relations. In: **International Theory: Positivism and Beyond**. SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Eds.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 254-278.

TARRANT, S. **When Sex Became Gender**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

THAPAR-BJÖRKERT, S.; RYAN, L. Mother India/Mother Ireland: Comparative Gendered Dialogues of Colonialism and Nationalism in the Early 20th Century. **Women’s Studies International Forum**, Londres, v. 25, n. 3, p. 301-313, 2002.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

_____. You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, Londres, v. 4, n. 4, p. 611-632, 1997.

_____. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

_____. Feminist Perspectives on International Relations. In: **Handbook of International Relations**. CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. (Eds.). Londres: Sage Publications, 2002, p. 275-291.

_____. What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, Londres, v. 49, 2005, p. 1–21.

_____. Hans Morgenthau’s Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation. **Millenium**, Londres, v. 17, p. 429-440, 1988.

TRUE, J. Engendering International Relations: What Difference Does Second Generation Feminism Make? **Department of International Relations Working Paper**. Canberra, Australian National University, 2002.

_____. **Feminism**. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A.; DEVETAK, R.; DONNELLY, J.; NARDIN, T.; PATERSON, M.; REUS-SMIT, C.; TRUE, J. **Theories of International Relations**. 3. ed. Basingstoke: Palgrave, 2005, p. 213-234.

VRASTI, W. The Strange Case of Ethnography and International Relations. **Millennium**, Londres, v.37, n.2, p. 279–301, 2008.

WALKER, R. B. J. The Concept of Security and International Relations Theory. In: **First Annual Conference on Discourse, Peace, Security and International Society**, Ballyvaughan, Irlanda, ago. 9-16, 1987. Working Paper No. 3. San Diego: University of California, 1988, p. 1-25.

WEBER, C. Good Girls, Little Girls and Bad Girls: Male Paranoia in Robert Keohane's Critique of Feminist International Relations. **Millennium**, Londres, v. 23, 1994. p. 337-349.

WENDT, A. Anarchy Is What States Make of It. **International Organization**, Boston, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOLLSTONECRAFT, M. **A Vindication of the Rights of Woman**. Londres: Joseph Johnson, 1792.

YOUNGS, G. Feminist International Relations: a Contradiction in Terms? Or: Why Women and Gender Are Essential to Understanding the World 'We' Live In. **International Affairs**, Cambridge, v. 80, n. 1, p. 75-87, 2004.

ZALEWSKI, M. The Debauching of Feminist Theory/the Penetration of the Postmodern. Cambridge: **Politics**. v. 11, n. 1, p. 30-36, abr. 1991.

_____. "Women's Troubles" Again in IR. In: Gender and International Relations, CARVER, T. (Ed.) **International Studies Review**, cidade, v. 5, p. 291-294, 2003.

_____. Do We Understand Each Other Yet? Troubling Feminist Encounters With(in) International Relations. Oxford: **The British Journal of Politics & International Relations**. v. 9, p. 302-312, 2007.